



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO TOCANTINS/CAMETÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA**

MICHEL GOMES DE SOUZA

**EDUCAÇÃO E CONFLITO: UM ESTUDO DO ACORDO DE PESCA DA
COMUNIDADE DO RIO DAS FLORES NO MUNICÍPIO DE LIMOEIRO DO AJURU.**

**CAMETÁ
2019**

MICHEL GOMES DE SOUZA

**EDUCAÇÃO E CONFLITO: UM ESTUDO DO ACORDO DE PESCA DA
COMUNIDADE DO RIO DAS FLORES.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à faculdade
de Educação da Universidade Federal do Pará/campus
do Tocantins-Cametá, para obtenção de título de
licenciatura plena em pedagogia

ORIENTADOR: Prof. Dr. Adalberto Portilho Costa

**CAMETÁ
2019**

**EDUCAÇÃO E CONFLITO: UM ESTUDO DO ACORDO DE PESCA DA
COMUNIDADE DO RIO DAS FLORES.**

BANCA EXAMINADORA:

Defendido em: 13 de agosto de 2019.

ORIENTADOR: Prof. Dr. ADALBERTO PORTILHO COSTA

MEMBRO DA BANCA: PROF. DR. JOSÉ DOMINGOS FERNANDES BARRA

**CAMETÁ
2019**

Dedico este trabalho à memória de minha amada mãe, que foi uma vítima de violência doméstica e isso a fez perder a vida em meio as lutas diárias, sonhando certamente com este momento ao qual vivencio agora de poder está concluindo o ensino superior e em mesmo ritmo finalizando uma especialização, por isso Dedico à Maria Leoneide dos Santos Gomes este trabalho.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente a Deus pelo privilégio de poder estar concluindo mais uma etapa de minha vida acadêmica. Por ele ter me dado forças para superar em meio as adversidades que enfrentei com a depressão, doença esta, que destrói o ser humano aos poucos, fazendo com que se torne refém de uma vida sem cores, sem prazer. Também agradeço a ele por me ajudar a lidar com a perda recente de minha segunda mãe, que foi minha avó materna.

Agradeço a minha família, minha sogra que nesse intervalo de tempo entre aulas e pesquisas me auxiliou com minha esposa e filha. Agradeço a minha esposa Rayani do socorro Ribeiro de Souza e minha filha Mileny de Jesus Ribeiro de Souza, que tem sido minhas inspirações para continuar com toda essa jornada acadêmica e também com a vida.

Agradeço ao meu orientador Professor Dr. Adalberto Portilho, que aceitou este desafio comigo de discutir algo pouco explorado ainda na área da educação, ele que confiou e se disponibilizou, a ele muito obrigado.

Por último mais não menos agradecer a senhor Odail José e sua família por me acolherem em sua residência na localidade do Rio das Flores. Também a todos os pescadores e pescadoras que contribuíram para que fosse ser concluída essa pesquisa.

Meu muito obrigado!

“Tomou, pois, o SENHOR Deus ao homem e o colocou no Jardim do Éden para o cultivar e guardar” Gênesis 2.15

RESUMO

Nosso trabalho intitulado “Educação e Conflito: Um Estudo do Acordo de Pesca da Comunidade do Rio Das Flores”, traz uma reflexão acerca de conflitos existentes dentro dos acordos de pesca da região do baixo Tocantins, em particular o tratado na localidade de Rio das Flores no município de Limoeiro do Ajuru-Pa, pois, tínhamos como problemática saber como o fenômeno educacional poderia contribuir para a resolução dos conflitos existentes no acordo estudado. No primeiro capítulo fazemos um levantamento histórico da região bem como alguns traços culturais e indenitários regionais. No segundo capítulo apresentamos alguns principais conflitos levantados na pesquisa e discutimos sobre os mesmos. No terceiro e último nós dialogamos como alguns autores o papel da educação dentro do processo de formação de indivíduos visando dota-los de consciência sobre conservação ambiental. Obtivemos os dados desejados, através de pesquisa bibliográfica, etnográfica e pesquisa de campo, com enfoque em uma abordagem qualitativa. Dentro da qual, os procedimentos metodológicos aos quais optamos, foi fazer uso de entrevista semiestruturada e observação participante, como um método de verificação dos dados obtidos utilizamos a análise do discurso. Através disso tivemos como resultado o levantamento de vários conflitos, que nos permitiram chegar à conclusão de que a praticas educativas, dentro e fora da escola podem ser utilizadas para contribuir para pôr fim em alguns conflitos dentro dos acordos de pesca.

PALAVRAS-CHAVE: CONFLITOS. EDUCAÇÃO. FORMAÇÃO.

ABSTRACT

Our work entitle “education and conflict.” A study about fishing agreement of the Rio das Flores community, presents a reflection on existing conflict in the fishing agreements of the lower Tocantins region, in especially in the Rio das Flores community, in the city of Limoeiro do Ajuru-Pa and whose problematic was to know how the education phenomenon would contribute to salve the conflicts existing in the agreement studied. In the first chapter, we did a historical survey of the region, as well as, some cultural characteristics and regional identities. In the second chapter, we introduce and discuss on some of the main conflicts approached in the survey. In the last chapter, we discussed on the education role in the process of the individuals formation based on some authors in order that those individuals are aware of environmental conservation. The data collected were obtained through the bibliographical, ethnographic and field research and focusing on a qualitative approach. The methodological procedures we used were those of semi-structured interviews and observation: as well as, the verification participant method of the data collected through the discourse analysis. As a result, we obtained the survey of several conflicts that allow us to a conclusion that the educational practices both inside and outside the school can be used to an end some conflicts in the fishing agreement.

KEY WORDS: CONFLICTS. EDUCATION. FORMATION.

LISTA DE IMAGENS

Figura 1- Distância de Cametá para o Rio das Flores	21
Figura 2- Ilha do Araraim	22
Fotografia 1- Igreja Assembleia de Deus/ Rio das Flores	28
Fotografia 2- Igreja de N ^a S ^a da Conceição/ Rio das Flores	29
Fotografia 3 e 4 - Missa na localidade de Saracá	52

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACS-	Agente Comunitário de Saúde
COMIG-	Companhia Mineradora de Minas Gerais
EC-	Emenda Constitucional
IBAMA-	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
ICMBio-	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.
IDEB-	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IFPA-	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
ISO-	International Organization for Standardization, ou Organização Internacional para Padronização
SEMED-	Secretaria Municipal de Educação.
SEMMA-	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
SINDIPESCA-	Sindicato dos Pescadores
UEPA-	Universidade do Estado do Pará
UFPA-	Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO	13
1.2 MÉTODOS DE COLETA DE DADOS	18
2 CARACTERIZAÇÃO DO <i>LOCUS</i> DE PESQUISA	20
2.1 RIO DAS FLORES: ORIGEM, LOCALIZAÇÃO, REPRESENTAÇÃO E PRESENÇA DO ESTADO	20
2.2 ASPECTOS RELIGIOSOS: IGREJA, SEITAS, IRMANDADES, BENZEDEIRAS, PARTEIRAS, CULTOS.	29
2.3 ASPECTOS CULTURAIS: FOLIA DE REIS, FESTART, FESTA JUNINA	33
2.4 ASPECTOS ECONÔMICOS	34
2.5 ASPECTOS SOCIAIS E POLÍTICOS: O papel da mulher dentro das comunidades, movimentações sociais e organizações sindicais	38
3 MEIO AMBIENTE SUAS DEFINIÇÕES E CONFLITOS DENTRO DO ACORDO DE PESCA	40
3.1 ACORDO DE PESCA A IMPLANTAÇÃO AOS DIAS ATUAIS, SUA CARACTERIZAÇÃO E IMPORTÂNCIA PARA A COMUNIDADE DO RIO DAS FLORES	44
3.2 OS PRINCIPAIS CONFLITOS ENCONTRADOS NO ACORDO DE PESCA NA LOCALIDADE DO RIO DAS FLORES	49
3.2.1. Confrontos contra os estrangeiros	49
3.2.2. Conflitos políticos	51
3.2.3. Conflitos referentes à utilização de apetrechos de pesca e pesca predatória	54
3.2.4. Conflitos referentes às divisões internas, divisão da ilha e à apropriação da reserva	55
4 A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO DENTRO DO ACORDO DE PESCA	56
4.1. AUTONOMIA E FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DOCENTE: UMA NECESSIDADE PARA A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE ESCOLAR	59
CONSIDERAÇÕES FINAIS	65

INTRODUÇÃO

O município de Limoeiro do Ajuru segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, possui uma densidade demográfica de 16,79 hab/km², com População no último censo de 25.021 pessoas, e estimativa populacional para o ano de (2018) de 28.583¹ habitantes.

Um município relativamente pequeno, mas que é detentor de uma cultura pesqueira relativamente grande, por assim se dizer que grande parte deste se caracteriza por uma realidade ribeirinha pesqueira. Um município relativamente de baixo rendimento quando o assunto é indica o IBGE.

Em 2017, o salário médio mensal era de 2.0 salários mínimos. A proporção de pessoas alguma ocupação tendo em vista à população total era de 3.8%. Na comparação com os outros municípios pertencentes ao estado, ocupava as posições 51 de 144 e 137 de 144, respectivamente. Se em comparação com outras cidades do país todo, encontrava-se na posição 1938 de 5570 e 5455 de 5570, respectivamente. Levando em consideração domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, possuía 58.6% da população nestas condições.

Além da economia apresentar esses dados, o IBGE (2010), também mostra que o IDEB²-Anos iniciais do ensino fundamental da Rede pública é 3,6 e nos anos finais do ensino fundamental é de 3,3. Isso representa metade da meta almejada pelo governo que é de chegar até 2022 a nota 06.

De posse desses dados econômicos e educacionais tivemos então o estopim para dá início a nossa pesquisa, que traz como tema educação e conflito: um estudo do acordo de pesca da comunidade do rio das flores, tema este de relevância em ambas as áreas apresentadas anteriormente, por trata da conservação dos recursos pesqueiro da localidade e de como a educação pode intervir nos conflitos existente num dos acordos de pesca mais antigos do município de Limoeiro do Ajuru, que na realidade é a problemática deste trabalho, como o fenômeno educacional pode contribuir para a superação dos conflitos nos acordos de pesca?

Essa problemática surge após conversas com pescadores do município que relatavam as brigas e confrontos até mesmo armados por conta do pescado dos acordos de pesca, logo

¹ Dados obtidos em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/limoeiro-do-ajuru/panorama>

² IDEB: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

tivemos como objetivo específico verificar como o fenômeno educacional pode contribuir para a superação de conflitos no acordo de pesca do Rio das Flores no município de Limoeiro-do-Ajuru.

Para auxiliar este objetivo, criamos alguns outros para analisar de forma mais específica o que almejávamos, sendo estes: Identificar como o acordo de pesca do Rio das Flores no município de Limoeiro do Ajuru, tem trabalhado a preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável da pesca na localidade; Verificar como a comunidade local percebe o acordo de pesca firmado em sua localidade; Perceber os possíveis conflitos existentes no acordo de pesca e quais as possíveis soluções para o mesmo; Identificar os impactos ocasionados por conflitos nos acordos de pesca, na preservação dos recursos naturais pesqueiros da região do Rio das Flores; Perceber quais elementos foram elencados para garantir a preservação da reserva pesqueira do Rio das Flores no município de Limoeiro do Ajuru; Analisar como o debate ambiental entorno do acordo de pesca do Rio das Flores no município de Limoeiro-do-Ajuru tem conseguido envolver a comunidade escolar local; Suscitar novas pesquisas e produções sobre o tema proposto e seus desdobramentos para a educação, preservação do meio e o desenvolvimento sustentável da pesca na região do Rio das Flores no município de Limoeiro do Ajuru.

1.1 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Abordagem qualitativa

Neste trabalho optamos por uma abordagem qualitativa por possuir um foco mais subjetivo e por entender que “hoje em dia a pesquisa qualitativa ocupa um reconhecido lugar entre as várias possibilidades de se estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas intrincadas relações sociais, estabelecidas em diversos ambientes” (Godoy, 1995, p.21).

Para Günther (2006) a pesquisa qualitativa é caracterizada por um conjunto de métodos e técnicas, adaptados a caso específico, ao invés de se preocupar com um método único padronizado. Sublinhando, assim, que o método necessita se ajustado ao objeto de estudo. A pesquisa qualitativa possui algumas particularidades que nos fizeram enveredar para esta forma de coleta e análise de dados, que na concepção de Terence e Filho (2006) são as seguintes.

Na abordagem qualitativa, o pesquisador procura aprofundar-se na compreensão dos fenômenos que estuda – ações dos indivíduos, grupos ou organizações em seu ambiente e contexto social – interpretando-os segundo a perspectiva dos participantes da situação enfocada, sem se preocupar com representatividade numérica, generalizações estatísticas e relações lineares de causa e efeito. Assim

sendo, a interpretação, a consideração do pesquisador como principal instrumento de investigação e a necessidade do pesquisador de estar em contato direto e prolongado com o campo, para captar os significados dos comportamentos observados, revelam-se como características da pesquisa qualitativa (TERENCE e FILHO, 2006, p.02).

É nessa perspectiva que buscamos os resultados esperados, focando na visão do participante, no fenômeno estudado, nas ações dos indivíduos, sem desprezar a participação ativa do pesquisador no campo, para melhor captar aquilo que almejamos, buscando assim, não fazer pré-julgamentos, ou até mesmo relatar impressões errôneas com uma visão estereotipada dos objetos da pesquisa, mas apresentar de forma responsável as impressões e experiências vivenciadas no processo de pesquisa.

Terence e Filho (2006), também destacam a utilidade da pesquisa qualitativa quando falam:

O método qualitativo é útil e necessário para identificar e explorar os significados dos fenômenos estudados e as interações que estabelecem, assim possibilitando estimular o desenvolvimento de novas compreensões sobre a variedade e a profundidade dos fenômenos sociais (TERENCE e FILHO, 2006, p.04).

A exploração do significado de um determinado fenômeno social, no caso desta pesquisa que busca entender como o fenômeno educacional pode contribuir para superação de conflitos em torno dos acordos de pesca da Região do Baixo Tocantins³, caminha na direção da compreensão sobre tal fenômeno social em determinado grupo, no nosso caso os pescadores envolvidos nos acordos de pesca, enfatizando o processo e seu significado (TERENCE e FILHO, 2006, p.7).

Para Godoy (1995), a abordagem qualitativa, enquanto exercício de pesquisa, não se apresenta como uma proposta rigidamente estruturada, ela permite que a imaginação e a criatividade levem os investigadores a propor trabalhos que explorem novos enfoques, ou seja, ela oferece uma determinada liberdade para o pesquisador e é essa liberdade que esse tipo de pesquisa irá nos oferecer para uma melhor pesquisa.

Godoy (1995), afirma que a abordagem qualitativa oferece três possibilidades diferentes de realizar uma pesquisa: a pesquisa documental, o estudo de caso e a etnografia. Para esse trabalho utilizaremos essas possibilidades de realização de pesquisa abordando uma pesquisa específica dentro de sua particularidade. Para este mesmo autor o estudo de caso é caracterizado como:

³ A Região do Baixo Tocantins compreende os municípios Baião, Cametá, Limoeiro-do-Ajuru, Mocajuba e Oeiras do Pará.

O estudo de caso se caracteriza como um tipo de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente. Visa ao exame detalhado de um ambiente, de um simples sujeito ou de uma situação em particular. Não deve ser confundido com o "método do caso", que constitui uma estratégia de ensino amplamente divulgada no curso de Administração[...] Tem por objetivo proporcionar vivência da realidade por meio da discussão, análise e tentativa de solução de um problema extraído da vida real (GODOY,1995, p.25).

Para Ludke, Menga & André (1986), “o estudo de caso tem um campo de trabalho mais específico: é o estudo de um caso, sendo este sempre bem delimitado e de contornos claramente definidos”. Também Godoy (1995), acerca do estudo de caso afirma que:

O estudo de caso tem se tornado a estratégia preferida quando os pesquisadores procuram responder às questões "como" e "por quê" certos fenômenos ocorrem, quando há pouca possibilidade de controle sobre os eventos estudados e quando o foco de interesse é sobre fenômenos atuais, que só poderão ser analisados dentro de algum contexto de vida real (GODOY,1995, p.25).

É na tentativa de obter respostas que visam a solução de um determinado problema extraído do cotidiano da vida do pescar do Baixo Tocantins, vivenciando essa realidade e almejando responder esse “como” um determinado fenômeno ocorre nessa realidade ribeirinha, é que optamos pelo estudo de caso. É claro estando aberto a novas descobertas, pois mesmo fazendo uso de material teórico de apoio, faz-se necessário estar atento para novos elementos ou dimensões que poderão surgir.

Segundo Godoy (1995) dentro da pesquisa qualitativa o pesquisador pode fazer uso de algumas ferramentas para melhor explicitar melhor aquilo que ele pretende apresentar fazendo uso de mecanismos como:

No estudo de caso, o pesquisador geralmente utiliza uma variedade de dados coletados em diferentes momentos, por meio de variadas fontes de informação. Tem como técnicas fundamentais de pesquisa a observação e a entrevista. Produz relatórios que apresentam um estilo mais informal, narrativo, ilustrado com citações, exemplos e descrições fornecidos pelos sujeitos, podendo ainda utilizar fotos, desenhos, colagens ou qualquer outro tipo de material que o auxilie na transmissão do caso (GODOY,1995, p.26).

Outro sim, mesmo sendo a pesquisa de caráter qualitativo elementos quantitativos também podem fazer parte da pesquisa quando for para “aclarar algum aspecto da questão investigada” (GODOY,1995, p.26), e certamente faremos uso de tais elementos se assim se fizer necessário para a maior clareza dos dados apresentados. Optamos por esse tipo de pesquisa pelo motivo de buscar responder algo específico, os seus como e porquês?

Pesquisa etnográfica

Já a pesquisa etnográfica, mesmo que por um determinado momento ela tenha sido utilizada apenas nas pesquisas das ciências antropológicas, será um elemento de fundamental importância de nosso estudo, por estar presente dentro das ciências naturais como estratégia de levantamento de dados qualitativos dentro dos problemas de caráter socioambientais, que é o que se este trabalho de conclusão de curso.

Na concepção de Andion e Serva (2006) entendemos os estudos etnográficos como algo visa alcançar uma nova interpretação epistemológica, afastando-se da concepção tradicional de ciência voltada basicamente para a objetividade dos dados coletados, quando o que se busca é proporcionar estudos cuja base seja subjetiva.

Vieira e Pereira (2005) citam em sua obra as principais técnicas de coleta de informações na pesquisa etnográfica que utilizaremos nessa pesquisa que serão: entrevista e observação participante. Já a análise o material coletado será através análise de imagens e da análise do discurso a qual falaremos com maior profundidade posteriormente.

Ludke, Menga & André (1986), afirmam que a abordagem etnográfica se depara com inúmeros desafios, mas que, no entanto, ela acaba por se tornar uma espécie de funil possibilitando que o pesquisador foque em algo mais específico, como colocam:

A abordagem etnográfica para o estudo de um fenômeno [...] se depara com inúmeros desafios. Muitas vezes, o trabalho de campo leva à revisão ou à retomada do problema inicial sob outro prisma. O desenvolvimento do estudo apresenta-se como um funil: no início, há questões ou focos de interesse muito amplos que, no final, tornam-se mais diretos e específicos (LUDKE, MENGA & ANDRÉ, 1986, p.44).

Contudo essa possibilidade de um direcionamento mais específico possibilita que a pesquisa realizada seja apresentada de forma mais clara e objetiva, dando uma maior segurança no que diz respeito ao compartilhamento dos resultados para a comunidade acadêmica.

Mas o que seria a etnografia? Para Ludke, Menga & André (1986) a etnografia é:

A etnografia seria a descrição de um sistema de significados culturais de um determinado grupo. A abordagem etnográfica deveria assumir as características seguintes: a) o problema é redescoberto no campo; b) o pesquisador deve realizar a maior parte do trabalho de campo pessoalmente; c) o trabalho de campo deve durar pelo menos um ano d) o pesquisador deve ter tido uma experiência com outros povos de outras culturas; e) diversidade dos métodos de coleta: observação direta, entrevistas com os informantes, levantamentos, etc. f) o relatório etnográfico apresenta uma grande quantidade de dados primários. (Ludke, Menga & André, 1986, p.44)

Também Ludke, Menga & André (1986) apresentam a etnografia como uma ciência que envolve determinados pressupostos quando afirma:

A etnografia como ciência da descrição cultural envolve pressupostos específicos sobre a realidade e formas particulares de coleta e apresentação de dados. Quanto aos pressupostos específicos, estes seriam basicamente dois e referem-se a hipóteses sobre o comportamento humano: 1ª) uma hipótese naturalista-ecológica, que afirma ser o comportamento humano significativamente influenciado pelo contexto em que se situa; 2ª) uma hipótese qualitativo-fenomenológica, que determina ser quase impossível entender o comportamento humano sem tentar entender o quadro referencial dentro do qual os indivíduos interpretam seus pensamentos, sentimentos e ações (Ludke, Menga & André, 1986, p.44).

É a partir desse pressuposto que referem-se sobre o comportamento humano que encontramos uma base para elencar a forma como realizaremos a coleta e a apresentação de dados desta pesquisa, é claro levando em consideração os elementos da teoria que melhor se enquadra no objetivo principal desta trabalho. Levando em consideração o que Ludke, Menga & André (1986), que não existe um método único de pesquisa etnográfica, quando dizem:

Quanto ao método da pesquisa etnográfica, não existe um em particular que se recomende como o melhor ou mais efetivo. Geralmente, o pesquisador trabalha passando por três etapas: a) exploração: a seleção e definição de problemas, a escolha do lugar onde será realizado o estudo e o estabelecimento de contatos para a entrada em campo; b) decisão: a seleção dos dados necessários para compreender e interpretar o fenômeno estudado; e c) descoberta: a explicação da realidade, ou a tentativa de encontrar os princípios subjacentes ao fenômeno estudado e de situar as várias descobertas num contexto mais amplo. (LUDKE, Menga & ANDRÉ, p.44, 1986)

Obedecendo cada uma dessas etapas, esse tipo de pesquisa requer que o pesquisador tenha disciplina, trabalhe sobre própria responsabilidade, tenha sensibilidade, descrição, e por vezes requer que o pesquisador guarde informações confidenciais, sendo assim um sujeito ético dentro da pesquisa. Esse tipo de pesquisa foi escolhido por proporcionar uma melhor aproximação do pesquisador com seu objeto de pesquisa e os indivíduos que fazem parte do ambiente onde foi realizado a pesquisa.

Pesquisa bibliográfica

Para além da pesquisa etnográfica este trabalho também se propõe a realizar uma pesquisa de cunho bibliográfico, que o autor Carlos Gil define como uma pesquisa desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza (GIL, 2002, p.44). Esse tipo de pesquisa nos proporciona uma determinada vantagem que GIL (2002) coloca como:

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Essa vantagem torna-se particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço. (GIL, 2002, p.45)

Também a pesquisa bibliográfica não só possibilita a cobertura de fenômenos mais amplos, como ela permite que seja feito um levantamento preliminar, que por sua vez promove a familiarização do pesquisador como o tema, como afirma:

Esse levantamento bibliográfico preliminar pode ser entendido como um estudo exploratório, posto que tem a finalidade de proporcionar a familiaridade do aluno com a área de estudo no qual está interessado, bem como sua delimitação[...] Essa familiaridade é essencial para que o problema seja formulado de maneira clara e precisa. (GIL, 2002, p.61)

Contudo esse levantamento preliminar depende de alguns fatores, como afirma GIL (2002):

O levantamento bibliográfico preliminar depende de muitos fatores, tais como a complexidade do assunto e o nível de conhecimento que o estudante já dispõe a respeito. Não se pode definir de imediato que material deverá ser consultado. A experiência, porém, demonstra que é muito importante buscar esclarecer-se acerca dos principais conceitos que envolvem o tema de pesquisa, procurar um contato com trabalhos de natureza teórica capazes de proporcionar explicações a respeito, bem como com pesquisas recentes que abordaram o assunto. (GIL, 2002, p.61)

É nesse sentido que optamos pelo método de pesquisa bibliográfica, por nos ofertar uma base sólida a respeito dos assuntos estudados, levando em consideração os conhecimentos já produzidos a respeito de determinado conteúdo, trazendo esclarecimento acerca de determinados conceitos que abrangem a pesquisa a ser realizada.

A pesquisa bibliográfica nos auxiliará a dar base teórica concisa para nossa pesquisa, através de diálogos com os apostos teóricos escolhidos para fundamentar a mesma e assim dar respaldo ao que for escrito e descrito neste trabalho.

Pesquisa de campo

Além da pesquisa bibliográfica este trabalho realizará pesquisa de campo que nos auxiliará na observação imediata do ambiente, dos eventos ocorridos e dos fatos existentes no decorrer do processo. Para Gonsalves (2001) "A pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto". O pesquisado precisa deslocar-se até o local onde ocorre o fenômeno pesquisa e coletar uma série de materiais e dados a serem documentados na pesquisa.

Esse trabalho requer que nos desloquemos ao *locus* de pesquisa para coletar esse material necessário, através da vivência de experiência e aplicação de questionário semiestruturado, que objetiva a conclusão dessa pesquisa.

1.2 MÉTODOS DE COLETA DE DADOS

Entrevistas semiestruturadas

Como método de coleta de dados utilizaremos a entrevista semiestruturada, que se caracteriza por um conjunto de questões pré-elaboradas, porém deixa o entrevistador um tanto mais à vontade para colocar outras questões que venham a surgir que sejam do interesse da pesquisa. Esse tipo de questionário possui duas vantagens que são de grande valia para nosso trabalho que são: flexibilidade e uma maior diferenciação dos candidatos. As questões que são norteadoras podendo ser modificadas quando necessário, Duarte (2004), acerca da entrevista semiestruturada afirma:

Realizar entrevistas, sobretudo se forem semiestruturadas, abertas, de histórias de vida etc. não é tarefa banal; propiciar situações de contato, ao mesmo tempo formais e informais, de forma a “provocar” um discurso mais ou menos livre, mas que atenda aos objetivos da pesquisa e que seja significativo no contexto investigado e academicamente relevante é uma tarefa bem mais complexa do que parece à primeira vista (DUARTE, 2004, p.216).

Como o autor coloca na epigrafe acima esse tipo de entrevista ela nos permite criar relações com os entrevistados, mas que, no entanto, se caracteriza por ser um método um tanto complexo e que exige uma determinada experiência e atenção por parte do pesquisador. Escolhemos trabalhar com esse tipo de questionário pelo fato de nos permitir coletar dados de forma mais aberta, utilizando da fala dos entrevistados elementos que certamente não obteríamos em uma pesquisa estruturada, cuja mesma é mais fechada e pode deixar determinadas lacunas na pesquisa ao nosso ponto de vista.

Observação participante

Além da utilização da entrevista semiestruturada outro método de coleta de dados será a observação participante, que assim como a pesquisa-ação, ela caracteriza-se pela interação entre pesquisadores e membros das situações investigadas (GIL,2002, p.56), e acreditamos que essa proximidade entre estes e aqueles, possibilita uma melhor coleta de material, bem como a vivencia pode contribuir para que exista uma relação de confiança entre pesquisador e membros da situação investigada.

Outro ponto positivo da observação participantes é que ela “mostra-se bastante comprometida com a minimização da relação entre dirigentes e dirigidos e por essa razão tem-se voltado sobretudo para a investigação junto a grupos desfavorecidos, tais como os constituídos por operários, camponeses, índios etc.” (Gil, 2002, p.57), enquadrando-se

perfeitamente com a pesquisa nos propomos a desenvolver. Nesse tipo de pesquisa participaremos de forma mais direta com nossos entrevistados em sua rotina, absorvendo dados que verbalmente podem não serem explicitados ou que poderiam ser omitidos.

MÉTODO DE ANÁLISE DE DADOS

Análise do discurso

Para análise dos dados coletados, utilizaremos a análise do discurso, por que é um campo de estudos em formação, cujas fronteiras não estão ainda claramente delimitadas (GREGOLIN, 1995. P.13). Isso nos permite ficar à vontade para visualizar de forma clara, sucinta e de forma imparcial o que nos propomos a apresentar como resultados desta pesquisa.

Cabe deixar claro que ao falarmos de análise do discurso, não especificamente estaremos focando necessariamente nas questões linguísticas, estaremos focando nas informações contidas nos dados coletados, tanto do questionário semiestruturado quanto nos demais procedimento de coleta de dados.

Os capítulos estão divididos em três partes, o primeiro faz um levantamento histórico, social e cultural da localidade. O segundo apresenta os principais conflitos existentes no acordo de pesca do Rio das Flores, em sua maioria atuais. O terceiro e último capítulo fazemos uma reflexão sobre como medidas educativas podem contribuir para solucionar os conflitos no acordo de pesca em questão estudado, não que isso seja uma receita de bolo infalível, mas são levantadas como possibilidade a serem trabalhadas.

2 CARACTERIZAÇÃO DO *LOCUS* DE PESQUISA

2.1 RIO DAS FLORES: ORIGEM, LOCALIZAÇÃO, REPRESENTAÇÃO E PRESENÇA DO ESTADO

A caracterização ou descrição de um lugar está intimamente ligado aos estudos etnográficos, pois, Marconi e Presotto (2013, p.05) afirmam que este “consiste em um dos ramos da ciência da cultura que se preocupa com a descrição das sociedades humanas”. A princípio nos deteremos há um olhar mais voltado para essa preocupação com a descrição

Marconi e Presotto (Idem), também afirmam que:

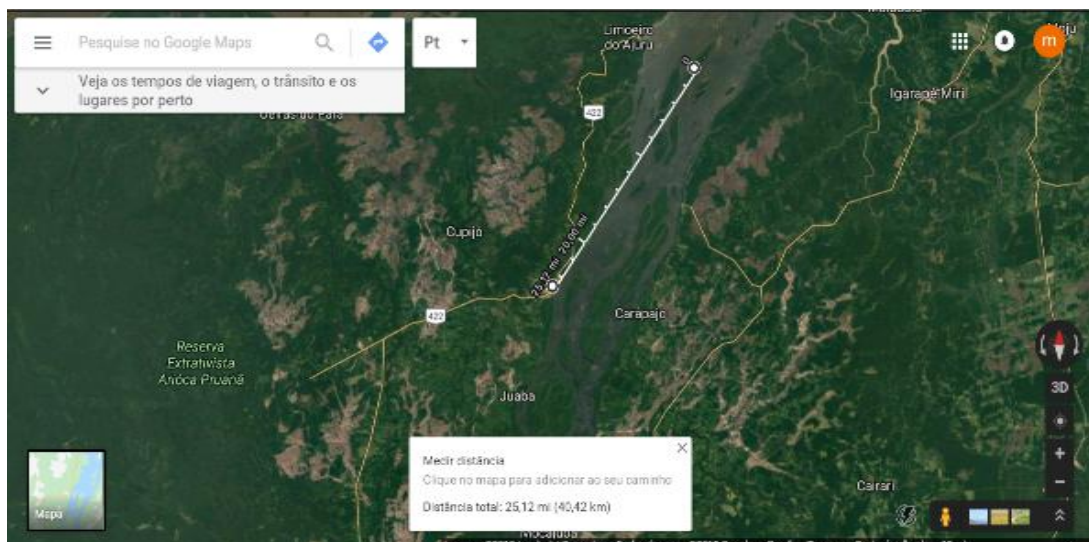
O objeto de estudo da etnografia centra-se nas culturas simples, conhecidas como “primitivas” ou ágrafas. São chamadas de sociedades de linhagem e segmentarias. São grupos humanos que se opõem às sociedades complexas ou civilizadas. Também estas podem constituir-se em foco de atenção do etnógrafo, como por exemplo o interesse no estudo de sociedades rurais. Sociedades simples encontram-

se, ainda hoje, espalhadas pela terra, cada uma desenvolvendo um cultura específica (MARCONI E PRESOTTO, 2013, p.05).

O interesse por estudar uma sociedade rural, no caso ribeirinha. Sociedades simples com suas culturas, tradições e crenças, que vem sendo repassadas de geração, após geração, nos mostra o que afirmam Borges, Scholz e Rosa (1998) que dentro de um olhar marxista o homem é quem constrói sua própria história de acordo com as circunstancias em que se encontra, legadas e transmitidas pelo passado, discurso este hoje sendo retomado de forma mais intensa e desafiadora.

O Rio das flores está situado dentro da ilha do Araraim é uma localidade que está ao sul da cidade de Limoeiro-do-Ajuru/PA, onde para que possamos chegar até a região é necessário que façamos uma das possíveis rotas, que se divide em duas trajetórias.

Na primeira podemos chegar diretamente a comunidade através de uma embarcação que sai do porto da feira do açaí da cidade de Cametá, por volta das onze e meia da manhã,



com

duração de mais ou menos quatro horas de viagem rio a baixo nas águas do Tocantins, nos dias de terça-feira, quinta-feira e sábado, com distância de 40,42 km, como mostra a figura abaixo.

Figura 1- Distância de Cametá para o Rio das Flores

Fonte: GOOGLE MAPS, 2018, Disponível em: <



<https://www.google.com.br/maps/search/camet%C3%A1+para+limoeiro/@-1.9413989,-49.394241,20094m/data=!3m1!1e3?hl=pt-BR> > Acesso em: 23 de out. 2018.

Outra opção de viagem, é por meio de ônibus, automóvel ou motocicleta saindo de Cametá em direção ao norte na BR 422, também conhecida como PA158, a uma distância de 58 km até a cidade de Limoeiro-do-Ajuru, com duração de tempo que varia de quarenta e cinco minutos a duas horas. Percorrido esta distância de 58 km, em seguida é necessário conseguir uma travessia para a ilha por meio de alguma embarcação da região que dependendo do tipo de barco, maré e condições climáticas pode durar de vinte minutos a duas horas de viagem numa distância de 11 km conforme a imagem abaixo.

Figura 2- Ilha do Araraím

Fonte: GOOGLE MAPS. Disponível em: <
<https://www.google.com.br/maps/search/camet%C3%A1+para+limoeiro/@-1.9413989,-49.394241,20094m/data=!3m1!1e3?hl=pt-BR> > Acesso em: 23 de out. 2018.

Segundo relato dos moradores, o Rio das flores tem uma extensão de mais ou menos setecentos metros de cumprimentos, aproximadamente cem metros de largura em alguns trechos, pois o mesmo na medida que adentra ao centro da ilha ele vai se afinilando e por fim possui por volta de mais ou menos cinco metros de profundidade, quando a maré está de cheia.

O Rio das flores está ligado diretamente a outros três rios que permite aos moradores atravessarem a ilha de um lado para o outro sem necessitar rodeá-la para chegar à costa do Araraim estes são: o rio Jacaca, o Furo Grande e o rio Chibante.

Da entrada do Rio das Flores podemos visualizar uma ilha que antes os moradores conheciam com “Ilha do Jeca Minhoca” e que a partir da criação do acordo de pesca na região teve seu nome modificado e passou a ser denominada “Ararainzinho”, onde passou a ser usada como área de preservação e como área de produção agrícola de uma parcela de moradores que vão até o local apenas para desenvolver seus trabalhos, coletar frutos, lenha, pescar e colocar matapí⁴. Ninguém habita o local devido os casos de assaltos realizados pelos chamados “piratas” na região. Logo, todos os ribeirinhos que desenvolvem algumas de suas atividades no “Ararainzinho” habitam no *locus* desta pesquisa e se deslocam até a outra ilha. De acordo com a agente comunitária de saúde só no rio das Flores existe 96 (noventa e seis) famílias que possuem de 3 a 8 pessoas cada.

Nem sempre o rio das flores teve esse número de habitantes que tem hoje, e segundo informações nem se quer possuía este nome, e durante a coleta de dados não foi encontrado registro algum sobre tal assunto, no entanto na fala da maioria dos entrevistados surge uma hipótese sobre a origem da nomenclatura Rio das Flores.

Quando questionada acerca da origem do nome do rio a entrevistada “A” afirma:

Não tenho como te falar com certeza da onde surge o nome Rio das flores, isso é coisa dos antigos, que colocavam os nomes aqui. Mas segundo o meu pai contava para nós, deram esse nome porque aqui no rio tinha muita mulher bonita, por isso que colocaram Rio das Flores e também por que eles falavam que dava muitas flores aqui na beirada, enchia de flores, mas não dá mais (entrevistada “A”, dona de casa, 43 anos, 2018).

Vejamos que a mesma fala achamos na conversa com a entrevistada “B” que coloca:

⁴ Apetrecho de pesca elaborado com talas de palmeira em forma de cilindro amarrados com fibra de nylon.

Isso é coisa dos mais antigos, tinha uma família que morava na “*boca-do-rio*” aí não tinha um nome pra colocar o rio “*né*”, aí veio o senso e eles perguntaram e eles falaram que iam colocar, aí qual é o rio? Era um pessoal que morava no rio né, vieram morar primeiro aqui, aí ficou o nome de Rio das Flores né, no tempo dos mais idosos, do tio Joaquim, do tio Mário, da mamãe o pessoal do beiradão. Colocaram o nome de rio das Flores porque tinha muita moça bonita pra cá, o finado velho Fitico (entrevistada “**B**” agricultora e dona de casa, 58 anos, 2018).

Logo percebemos uma familiaridade entre as duas versões da mesma história onde as entrevistadas colocam o mesmo motivo que foi a alegação de que a região possuir “*muita mulher bonita*” e os mais idosos batizaram a localidade por este fato.

Uma outra informação que não poderia passar despercebida é que na segunda fala aparece a imagem de um homem que possivelmente nomeou a região, o finado Fitico, que era uma pessoa que se destacou como agricultor, conforme relatado pela entrevistada “**B**” que diz:

Ele trabalhava com o açaí⁵, o trabalho “*daqui*” é o açaí e pesca, tem as plantas né, açaí, cacau⁶, cupú⁷, tem aquele outro como é? Planta furtiva, lá no meu sítio no Jecaminhoca, meu “*plantivo*” lá é cacau, açaí, abacateiro. Limoeiro eu tenho Quinze arvores de *limão de resma*⁸, quando der vai dá demais; “*toranja*”⁹ de novo já tenho três furtiva, tem muita planta lá (entrevistada “**B**” agricultora e dona de casa, 58 anos, 2018).

Outra versão encontrada para a origem do nome do Rio das flores está intimamente e curiosamente ligada a um fazer da história do estado do Pará, cujo o conteúdo está contido na fala de uma das mais antigas moradora da região, seu relato diz o seguinte:

Agente morava lá na beira da costa, eu já moro há mais de 50 anos aqui, tinha o primeiro professor aqui da ilha o Raimundo Alexandrino, que era professor de toda essa região, então o nome desse rio antigamente era “Rio das Mortes”, era um nome muito feio, horrível. Aí no tempo do recenciamento, e antes disso tinha uma casa lá na entrada do rio que era cheia de ossos de gente, dos cabanos¹⁰ que fugiam e vinham morrer ou matar uns os outros pra cá, uma coisa muito triste, então quando veio o primeiro censo eles acharam muito feio esse nome, então o professor

⁵ *EUTERPE OLERACEA*, fruto que produz polpa que estar na base da alimentação dos povos da Amazônia, muito confundido com a juçara, é bastante utilizado pela indústria para produzir energéticos, sorvetes e entre outros produtos,

⁶ *THEOBROMA CACAO*, fruto comum da região amazônica cuja semente é a matéria prima para a produção do chocolate.

⁷ *THEOBROMA GRANDIFLORUM*, fruto comum da região amazônica, muito utilizado na fabricação de suco, sobremesas, sorvetes, e entre outras receitas pelo seu sabor ser bastante acentuado e exótico.

⁸ *CITRUS LATIFOLIA*, espécie de limão mais popular no Brasil, fácil de encontrar, ideal para sucos, caipirinhas e entre outras receitas.

⁹ *Citrus paradisi*, espécie de limão da região amazônica

¹⁰ Nome dado aos rebeldes que lutaram na revolução denominada assim por seus personagens: índios, negros livres, negros foragidos da escravidão, ribeirinhos e outros que se aliaram ao seu movimento, na sua maioria viverem em cabanas, isso se manifesta na fala abaixo:

A cabanagem contou, com a participação ativa de negros - libertos e escravos. A incorporação neste movimento, colocando em sua reivindicações a liberdade dos escravos, visava evidentemente a abolição do regime servil (SALLES, 1968, p.37).

Raimundo Alexandrino resolveu colocar Rio das Flores, também por que os antigos diziam que tinha muita mulher bonita e flores na beira do rio, pois é meu filho não era Rio das Flores era Rio das Mortes (entrevistada “D”, aposentada e antiga parteira da região, 74 anos,, 2018).

Mais uma vez vemos as falas se entre cruzarem num único sentido, contudo na fala acima citada vemos uma informação curiosa relacionada à origem do nome da localidade, que é a imagem do movimento cabano na região.

Por mais que não exista documentos ou algo que comprove essa informação, não podemos descartá-la devido as muitas provas existentes acerca da revolução cabana na região, sobre tudo em Cametá, e como já mostrado a distância entre o Rio das Flores e a sede de nosso município é pequena, o que nos permite conservar essa informação como sendo um elemento importante para a caracterização do *locus* de pesquisa, não a tornando verídica, mas a tendo como informação relevante, contidos dentro de um conhecimento do senso comum.

A respeito do senso comum Borges, Scholz e Rosa (1998, p.03 e 04)) afirmam que:

O senso comum é comum não porque seja banal ou mero e exterior conhecimento. Mas porque é conhecimento compartilhado entre os sujeitos da relação social. Nela o significado a precede, pois é condição de seu estabelecimento e ocorrência. Sem significado compartilhado não há interação (Borges, Scholz e Rosa, 1998, p.03 e 04).

É nesse saber compartilhado, que vem se propagando geração, após geração, através das histórias de pais contadas para seus filhos é que chegamos a esses relatos uma suposta origem para o início da comunidade, sua história e o que ela se tornou nos dias atuais.

O senso comum na visão de MAFFESOLI (2010, p.16) nos apresenta o seguinte:

O senso comum, em sua sabedoria ancestral, não se deixa perturbar pelo dever ser e, assim, reconhece o que é ou está. Paul Ricoeur deu a isto o nome de “discursividade primordial do vivido”. É o que a fenomenologia – a (a-)apresentação do mundo – propõe para adoção: fazendo uso de um fiável e bem apurado instinto, saber chegar ao âmago das coisas (MAFFESOLI, 2010, p.16)

Maffesoli nos apresenta aquilo que mais nos interessava na fala de todos os entrevistados, que é essa chamada “sabedoria ancestral”, pois é aonde está contido tudo aquilo que necessitávamos para construir uma base e edificar, a partir de levantamento de dados a história da localidade do Rio das Flores.

Outro elemento que Maffesoli nos apresenta na fala acima que é muito rico para este trabalho é essa “discursividade primordial do vivido”, pois é a partir das experiências dos moradores da localidades que começamos a produzir todo esse trabalho, é através dos discursos, das falas, das histórias que chegamos a diversas informações, que talvez estivesse por se perder em meio aos novos costumes, des/crenças, ideologias e entre outros fatores que podem interferir na dinâmica da comunidade local.

PILAN (2013) chega ao ponto de afirmar que existe uma certa hostilidade entre o pensamento filosófico (no nosso caso científico) e o senso comum, no entanto este faz-se necessário pelo simples fato de que o conhecimento do senso comum é quem nos possibilita um impulso inicial para o bom andamento desta pesquisa, não que queiramos desassociar um conhecimento do outro, pelo contrário ambas as formas de conhecimento nos importam.

Quando falamos da fundação da comunidade não se possui uma data específica sobre a chegada dos primeiros moradores. A entrevistada “B” afirma que: *“eu nasci e me criei aqui no rio, e já tenho mais de 50 anos morando aqui”*, já a entrevistada “C” fala: *“nos morava na beira da costa e se mudamos pra cá tudo ‘zinho’, só aqui a gente já tem mais de 50 anos morando”*. Segundo a entrevistada “B” quando perguntada quantas famílias possui na região?: *“300 (trezentas) só que pagam o coisa da luz, aqui o Rio das Flores, o Chibante, à Beira da Costa e o Furo Grande, só que pagam essa pontinha ai, essa parte ai, 350 famílias fora pra lá que tem o Goiabal, o Sabão Grande, pra cada família ‘tocou’ 500 reais pra pagar o cabo”*.

Já a entrevistada “G”, que trabalha como uma das agentes comunitárias de saúde nos apresenta uma quantidade mais precisa de famílias e habitantes do rio em questão, sobre o assunto ela afirma:

Somos um total de quatro agentes comunitários de saúde na ilha toda, só aqui no Rio das Flores que é a minha área tem 96 famílias, isso contado os braços que fazem parte do rio, cada casa tem de 3 a 8 pessoas por casa, varia muito, tem casa que tem três, casa que tem cinco, varia muito. Desse total acompanho 12 hipertensos e 3 diabéticos (entrevistada “G”, agente de saúde, 42 anos, 2018).

Através desse quantitativo apresentado de família, podemos visualizar que o rio não possui uma extensão muito grande, uma vez que é visível que o maior aglomerado de casas se encontra na entrada do rio, onde está localizado o posto de saúde, a Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio Professor Raimundo Alexandrino, as principais igrejas evangélicas e a igreja católica local.

Dentro desse quantitativo de moradores nessa determinada região, uma das preocupações que surgiu, está relacionada quanto às representações política e do estado existente no rio, dentre as quais foi possível identificar de imediato a existência da escola (com gestor, coordenador pedagógico e professores) e do posto de Saúde com seus agentes (ACSs e Técnicos em enfermagem) que colocam a disposição dos habitantes do rio serviços ofertados pelo poder público, mesmo que de forma fragilizada como fica evidenciado no caso do PSF do rio das flores, vejamos o que é dito a respeito das instalações e serviço ofertado pelo mesmo:

Esse posto tem uns quinze anos, tem muitas salas, mas não funciona “né”, aliás só a sala de curativo e vacina aqui que funciona, no caso são dois, três, quatro usados, mas são oito compartimentos, quatro estão sem usar [...] medicamento isso “daí” falha muito, agora não tem, eu até foi lá anteontem, eu perguntei pro menino se tinha, ele falou que não tinha. Queria paracetamol que eu “tava” com dor de cabeça, ele falou que lá não tem, desde o mês passado que eu foi lá que não tem. Eles tem distribuído apenas hipoclorito para o tratamento de água. Medicamento vem, mas não é o suficiente né, vem pouco daí a população são muito né, logo acaba na primeira semana, aí fica assim direto não dá pra distribuir o mês todo (entrevistada “G”, agente de saúde, 42 anos, 2018)

Na fala da entrevistada é notado como o estado tem negligenciado um direito constitucional inerente a todo cidadão brasileiro previsto como direito social, contido no Art. 6º que diz: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (EC no 26/2000, EC no 64/2010 e EC no 90/2015)” (BRASIL, 2016, p.18), neste caso o direito à saúde é algo que tem sido cada vez mais banalizado nessas regiões de difícil acesso, onde os serviços de fiscalização dos serviços ofertados são absolutamente nenhum e o povo se ver obrigado a viver a mercê da boa vontade do poder público local.

Isso se repete em outros serviços essenciais, os quais a localidade não possui, mas afirma ser uma necessidade sem igual para a região, como é o caso do policiamento, o qual os moradores alegam ser algo que deveria existir, pela necessidade que a geografia da região apresenta, vejamos o que os entrevistados falam sobre o assunto:

Aqui todos nós seja cidade, seja interior existe problema de bandidagem, de assalto. Agente tem muita necessidade mesmo de um posto da polícia. Outra coisa tem que agente precisa fazer uma reserva, primeiramente que eles ainda respeitam é Deus e polícia porque a gente tem que ter um, por que se tiver um lá pegando o peixe, ou seja, lá seja lá o que for, se a gente falar pra ele, eles não obedecem “né”, então existe uma necessidade muito grande aqui de um posto da polícia. É muito bom que tivesse aí por que além da reserva, tem as festas, os bares, arenas, sai uma confusão, uma briga, e tão bebendo, menino novo bebendo por aí (entrevistada “B” agricultora e dona de casa, 58, 2018).

Na fala acima nos é apresentado alguns motivos que demonstram a necessidade do policiamento na região, como as brigas, comercialização de bebidas alcoólicas para menores, o auxílio na fiscalização nos locais de pesca no período do defeso, onde fica proibido a pesca de algumas espécies de peixes, e para garantir o cumprimento das regras impostas pelos pescadores para que seja mantida a ordem nos poços onde o pescado se reproduz. Outra necessidade muito importante mencionado na fala é algo que nos últimos anos tem se intensificado cada vez mais nos rios paraenses e sobre tudo nessa região onde fica localizado o Rio das Flores, que é a questão de assaltos realizados pelos chamados “piratas”.

Vejamos um relato de um fato que ocorreu a uma residência no rio que causou grande repercussão e medo nos habitantes da localidade, onde o entrevistado conta da seguinte maneira o acontecimento:

Aqui já aconteceu uma viagem, perto de um posto que tem ai, casa de um senhor. Veio bandidos e assaltaram, levaram os bens, levaram ele amarrado, chegando lá perto do “Cueca¹¹” jogaram ele n’água amarrado, só Jesus pra soltar a mão dele e Deus ajudou que tinha dois pescadores que “tava” lá, senão ele ia morrer, levaram “todo” o que ele tinha na casa. Todinho, então de vez enquanto sai festa nessas arenas, pá tem um coisa de jogo ai, um campeonato, esses dias que não tá tendo por que morreu uma senhora aqui, ai aqui graças a deus que ainda respeitam presença e ausência quando morre é só isso que eles fazem. Quando tem festa aqui vem pessoa de todo lugar, eles ficam só pesquisando o que ele vai quere levar. Olha um tempo desse era uma tristeza aqui, era um roubo de “rabudo¹²”, motor de luz, agora graças a Deus aconteceu um problema ai, mataram uns três bandidos, ai a polícia da ROTAM veio “prai” pro Pindobal, ai melhorou pra cá pra nós, mas antes a gente tinha medo de dormir de noite, não podia deixar nada, era aquela bebedeira no rio, aquela bagunça, chamando nome no rio, não tava nem vendo fumando coisa de “macunha¹³”, não tava nem vendo bandido tu sabe, não tá nem vem já vem pronto, ai a gente anda com medo de saí, até pra gente ir pra igreja termina tarde o culto, o medo é de vim e eles já estarem esperando no “aningual¹⁴” (entrevistado “C” pai de família, 39 anos, 2018).

Este relato mostra a forma cruel e violenta como atuam os piratas na região, bem como essa região tem sofrido com a marginalização, o consumo de bebidas alcoólicas, drogas como a maconha e os inúmeros casos de roubos de motores de embarcações e geradores de energia elétrica, a autora (AKABASS, 2016, p.46) afirma que.

Com quase oito mil quilômetros de costa, a questão da pirataria marítima em domínios brasileiros se faz presente desde a época da colonização portuguesa, na qual havia alta incidência de ladrões destemidos em busca de riquezas naturais como pau-brasil, ouro e outras especiarias. Atualmente, a os ataques no Brasil se concentram principalmente na região da foz do rio Amazonas – onde há o encontro desse rio com o rio Pará e a Ilha de Marajó [...] As falhas na segurança portuária do país favorecem esse tipo de crime, algo que já foi reportado pela Interpol – que classificou o Brasil como um dos países mais propícios à consolidação do crime organizado (como a pirataria, tráfico de drogas, de pessoas, mercadorias e etc.) em razão da falta de uma segurança pública efetiva (AKABASS, 2016, p.46).

É justamente essa falta de segurança pública que possibilita que casos como o citado pelo entrevistado “C” ocorra com tamanha frequência nos rios da região, e um dos outros fatores que contribuem para que essa prática criminosa se instale na região é a proximidade com o arquipélago do Marajó, que praticamente é um labirinto de rios que dificultam a atuação da força policial, uma vez que estes indivíduos que exercem esta prática ilegal na sua

¹¹ Nome dado a uma localidade que fica nas proximidades da cidade de Limoeiro do Ajuru

¹² Embarcação que utiliza motor de popa, alimentado por gasolina.

¹³ *Cannabis sativa* erva alucinógena que segundo a legislação brasileira é considerada droga ilícita para a comercialização em território nacional.

¹⁴ *Montrichardia linifera* planta aquática comum das encostas dos rios da região amazônica.

grande maioria são exímios conhecedores dos furos e igarapés, bem como suas varadas para outras regiões facilitando assim suas fugas.

Outro problema ocasionado pela ausência de uma representação do poder público local é a necessidade do trabalho do Conselho Tutelar no que diz respeito à proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes, onde segundo a (entrevistada “G”, agente de saúde, 42 anos, 2018) local:

Aqui existe uma necessidade de um conselheiro tutelar, eu acharia muito bom, por que agora de um tempo pra cá a gente não tem mais uma segurança, aí se tivesse isso, eu acharia que ficaria melhor ainda. Esse negócio de conselho eles só “*coiso*”, assim quando a gente vai lá na cidade né, pra eles virem aqui é difícil. Por que quando a gente vai lá eles não vem, eles só querem tá lá de boa em reunião no limoeiro, é assim quando a gente precisa temos que ir na cidade, quando eles precisam de votos eles aparecem e existem muitos casos de abusos de crianças aqui, muito (entrevistada “G”, agente de saúde, 42 anos, 2018).

Esse mesmo problema é colocado na fala da entrevistada “B” quando ela coloca o seguinte:

Conselho tutelar de novo se acontece alguma coisa aqui você vai lá no Limoeiro, eles levam dois, três meses pra vim aqui, então não é uma coisa normal, eu vejo se eu tiver trabalhando precisando ir ali na casa de uma família, eu tenho que ir lá, eu “*tô*” ganhando pra isso aí então é esse o problema aqui (entrevistada “B” agricultora e dona de casa, 58 anos, 2018).

Essas questões relacionados a representações políticas ou do poder público de forma geral é algo que se apresenta a todo momento como um assunto muito delicado na comunidade como um todo, pois é visível que as pessoas já perderam a esperança em acreditar que seja possível ser feito alguma coisa por parte do estado em favor deles, um dos entrevistados quando questionado sobre as principais lideranças políticas da região, respondeu da seguinte maneira:

A única relação aqui política, se chama “*puxa-saco*”¹⁵ né, pro lado de política entendeu, não é a pessoa que vai se preocupar, eu vou buscar pra nós né, eu vou busca pra nós pro povo, não, não existe, por que eles não querem o bem, querem o bem deles, mas não o do povo né, por que se tem um trabalho pra fazer, um trabalho não é só pra você é pro povo, tem que fazer pra todos, tudo precisa (entrevistado “C” pai de família, 39 anos, 2018).

Mesmo com essa falta de credibilidade no sistema de política, o povo do Rio das flores demonstra nessas falas que acredita no bem comum, no social, na melhoria de vida partindo do coletivo para o coletivo, sem perder o combustível que os move a continuar lutando para ir adiante no seu modo de vida tendo como um grande referencial a sua fé.

¹⁵ Terminologia paraense utilizada para denominar pessoas que buscam privilégios políticos pra si, através da bajulação.

2.2 ASPECTOS RELIGIOSOS: IGREJA, SEITAS, IRMANDADES, BENZEDEIRAS, PARTEIRAS, CULTOS.

Não podemos falar de fé sem esbarrarmos nas manifestações e crenças religiosas existentes na localidades, dentre os quais se destaca pela sua força o Cristianismo católico romano e o Cristianismo Protestante, este segundo que vem nos últimos anos ganhando grande influência e poder na região, segundo o Entrevistado “C” só na região existe várias igrejas evangélicas dentre as quais estão “Assembleia de Deus, Deus e Amor, Adventista do Sétimo Dia” e também encontramos uma pequena igreja que é denominada “Buscai ao Senhor enquanto se pode achar, invocai-o enquanto está perto”.

As manifestações religiosas dessa igreja giram em torno de congressos (de mulheres, de jovens e adolescentes, de senhores, círculo de oração etc.), encontros de lideranças, pequenos festivais, sorteios, campanhas de orações e cultos semanais.



Fotografia 1- Igreja Assembleia de Deus/ Rio das Flores

FONTE: Acervo próprio da pesquisa (2018)

Outra manifestação religiosa, quem sabe a mais forte da localidade até o momento é a festividade de Nossa Senhora da Conceição que ocorre no mês de novembro e que reúne devotos de vários lugares que vem prestar suas homenagens a padroeira da região. Durante a festividade segundo a entrevistada “A” ocorre as tradicionais vendas de comidas, hasteia-se e derruba o mastro da festividade. Também é realizado o tradicional leilão de oferendas onde são colocados objetos, animais (porcos, patos, galinhas) e outros prêmios prometidos por graças alcançadas através das petições feitas a padroeira da festividade.

Fotografia 2- Igreja de N^aS^a da Conceição/ Rio das Flores



FONTE: *Acervo próprio da pesquisa (2018)*

Segundo o entrevistado “F” um dos momentos mais esperados da festividade é o leilão do coração da padroeira, onde as pessoas disputam lance, após lance para ver quem arremata o bolo que simboliza esse coração que para eles representa graças dentro do lar. No entanto, com o avanço do protestantismo não só essa manifestação de fé, mas outros cultos religiosos, crenças e saberes têm sido ameaçados pelo crescente número de igrejas protestantes na região.

Essa força exercida pelo protestantismo tem contribuído de forma irrefutável para que algumas formas de manifestações religiosas tenham sido extintas da localidade, por conta dos discursos de inferioridade apresentado pelos líderes. Algumas atividades como as de benzedeiras, curandeiras e outros cultos religiosos de raiz afro e indígena foram totalmente abolidas como nos é apresentado durante o processo de coleta de dados sobre a região, quando perguntamos se existem benzedeiras, puxadeiras, curandeiras e parteiras na região. Eis a resposta que obtivemos:

Não existe mais, agora quando chega o tempo de tirar a criança que ver na ultrassom a mulher vai logo pro Limoeiro. Puxadeira ainda existe a mamãe e outra lá na beira da costa, a mamãe tá com 77anos, mas já não se compromete mais e não está repassando pra ninguém esse conhecimento. Benzedeira tem uma mulher ali pra baixo numa outra localidade que as pessoas vão procurar ela, mas aqui mesmo não tem mais (entrevistada “B” agricultora e dona de casa, 58 anos, 2018).

Outra pessoa que fala a respeito do assunto é a agente comunitária de saúde que afirma:

Isso daí agora não tem, antes tinha. Tá fazendo uns quatro anos pra cá que parou, antes tinha. Tem uma senhora aí, só que ela despachou que ela não dava mais conta. Tinha outra lá do outro rio o chibante aí ela não atendeu mais e o pessoal procurou ir pro hospital. Só que agora facilitou muito que tem esse negócio de voadeira que

antes não tinha, agora graça a Deus tem (entrevistada “G”, agente de saúde, 42 anos, 2018).

Vemos que existe as duas últimas remanescentes que desenvolviam um ofício que dentro de pouco tempo chegará a total extinção na localidade por não haver quem leve adiante tais conhecimentos, por conta do avanço da tecnologia dos meios de transportes e pelo avanço da medicina, que oferece uma maior sensação de segurança para as pessoas que outrora faziam uso desse tipo de atividade. Outro problema encontrado é quanto a identidade, onde as próprias remanescentes deste ofício por mudarem de religião se negam a falar sobre o assunto, e quando falam a única informação que recebemos foi a seguinte “Eu nunca cheguei a tira carta, mas eu peguei muita criança, esses meninos aqui todos e outros, mas eu não me comprometo fazer mais, as coisas mudaram (entrevistada “D”, ex-parteira). PINTO (2012, p.208) fala que:

As histórias destas terapeutas tradicionais se confundem com a própria história de formação de vários povoados da região. Pela maneira como lidam com as mulheres antes e após o parto e curam uma gama diversificada de doenças, são reconhecidas nos seus lugares de origem como “experientes”, “mágicas”, “anjos”, “benditas”, “abençoadas”, “pegadeiras”, “aparadeiras”, “que ajuda a vim ao mundo”, cujas práticas estão conectadas culturalmente à realidade de sua clientela. Embora sejam unânimes em afirmar que executam seus ofícios por meio de dons, destinados a elas “como dádiva divina”, seus saberes e experiências emergem nas práticas do cotidiano, vendo e ajudando as parteiras e curandeiras mais velhas, ou advêm do momento de emergência quando necessitam socorrer parentes, amigos e vizinhos.

Essas atividades estão em razão de suas variadas formas de lidar com a doença e a cura, parteiras e curandeiras são tratadas na literatura médica do século XIX, e até mesmo em grande parte da atualidade, como ignorantes e supersticiosas (PINTO, 2012, p.207). No entanto essas mulheres são grande conhecedoras dos segredos das ervas medicinais, cascas de árvores, raízes, cipós, seivas de árvores, flores e entre outras, a autora PINTO (Idem) afirma que:

o domínio pelas mulheres de técnicas de curas e utilização de ervas, cascas, folhas e raízes de pau, que curam, tornou-se o caminho que conduz algumas dessas mulheres a conquistar respeito e confiança diante dos demais, como é o caso das parteiras e “experientes” ou curandeiras, que aglutinam ao seu redor a gratidão daqueles que ajudou a nascer, ou ainda, daqueles que com chá de alguma casca, folha ou raiz medicinal curaram o mal do corpo, ou então, mediante benzeções, conseguiram aliviar o peso do espírito e afastar as forças do sobrenatural. No embate entre o saber considerado legítimo, aprendido nas universidades, e o saber “ilegítimo” adquirido tradicionalmente em anos de práticas, de alguma forma, essas mulheres resistem à política e, culturalmente, à farmacologia e à imposição de um mundo cirúrgico, tecnicista e industrial (PINTO, 2012, p. 202 e 203).

Esse tipo de saber embora venha sendo a cada dia substituído pela medicina moderna e a utilização dos medicamentos industrializados, esse saber “ilegítimo” que a autora coloca em sua escrita, ainda possui certa credibilidade, não por parte dos jovens, mas por parte de adultos como a dona Socorro que diz o seguinte a respeito da utilização dessa medicina:

A gente usa muito as plantas, o “*Pirarucu*” que serve para fazer xarope, ele é um remédio que é desinflamatório, muito bom pra infecção, a gente ferve e passa no crivo, volta pro fogo ferve coloca uma colher de mel de abelha pronto ta preparado pra tomar, “*canarana fixe*” é bom pra infecção de urina, essa aqui é bom para o colesterol a castanhola, é bom pro diabete, a folha amarela a gente ferve, o chá é bom pra infecção de urina, pra gastrite, “*amor-crescido*” é bom pra estomago, vários tipos de remédios que vem de planta, eu gosto de plantar por que na hora de uma doença tem o remédio caseiro, só quando não tem condição é que a gente vai procurar um médico. Algodão é bom pra tosse, mastruz também é um remédio bom (Neuzarina Socorro, dona de casa, 58 anos, 2018).

Assim como a dona Socorro fala positivamente e com apropriação de seu saber encontramos a entrevistada “**H**” dona de casa com pouco mais de 30 anos de idades, que embora não tenha a mesma idade e o conhecimento como o acima descrito, ela afirma que: “por mim eu só usaria o remédio caseiro, porque é melhor né, é mais fácil de encontrar, vejo que os antigos usavam só o remédio da casa ‘de antes’ e funcionava né, então eu uso sim muito o remédio caseiro”. Todo esse conhecimento a respeito da floresta e sua utilização para a medicina popular natural, não deixa de forma alguma de ser algo cultural e um marcador identitário do povo da Amazônia e do ribeirinho da região do baixo Tocantins como um todo.

2.3 ASPECTOS CULTURAIS: FOLIA DE REIS, FESTART, FESTA JUNINA

O ser humano é dotado de uma série de elementos que os diferem dos outros seres existentes, dentre os quais se destaca a cultura como um marcador identitário de cada indivíduo que depende de onde este se encontra, a respeito disso a autora afirma:

O ser humano vive em diversas dimensões no espaço, logo, o habitat influencia sua vida. O ser humano vive em sociedade, sendo assim, ele não é único. Nesse sentido o que diferencia o homem dos outros animais é a cultura, sobre tudo, por que proporciona ao homem condições de adaptar-se as complexidades do mundo em que nasceu. A cultura é por excelência o alicerce que contribui substancialmente na história da humanidade, ela é um dos pontos mais relevantes para a história dos ser humano em sociedade, visto que propicia ao homem condições de adaptar-se as complexidades do mundo em que nasceu (SOUZA, 2012, p.12).

Com a fala da autora, é justamente essa história, esse alicerce que contribuem para que fatos como os que vimos anteriormente, que o saber da medicina popular natural caracteriza-se como algo que está fortemente ligada não somente a questão religiosa, mas também possui o seu cunho cultural na região ribeirinha do baixo Tocantins.

Ao mesmo momento que a festividade da padroeira do rio é apresentada, como a principal manifestação religiosa local é igualmente um movimento cultural conforme nos é colocado pelo entrevistado “F” (professor local): “o nosso principal movimento aqui é a festa de Nossa Senhora da Conceição, que acontece no mês de novembro, lá pelo dia 14/11”.

O mesmo entrevistado também fala que entre os meses de novembro e dezembro ocorre “Festarte”, que segundo ele é: “uma espécie de feira de artesanato local produzido pelos moradores, em geral é sempre associado a festividades da padroeira local”

O entrevistado “C” afirma que outro grande movimento cultural é o festival de praia o qual ele profere o seguinte comentário:

O festival de praia sai todo ano, todo ano, já tem 16 anos que ocorre no mês de julho, é um dia só, dia e noite. Começa na praia e fica até a maré encher, aí quando a maré enche, vem pra sede, termina na sede, aí quando acaba na sede termina tudo, o festival não vem pra cá pra este salão, vai pra lá pro Sabão Grande, é na ilha aí pra baixo (entrevistado “C” pai de família, 39 anos, 2018).

Por mais que o festival de praia hoje se constitua como um grande movimento cultural local, observamos que ele além de ser algo recente, também está voltado para uma lógica de obtenção de lucro, onde para ter acesso à segunda parte da festividade é obrigado que os indivíduos que buscam participar deste momento tenham que se deslocar para uma festa fechada em uma das “sedes” (salão de festa local) para usufruir do encerramento da programação, no qual entrada e bebidas são comercializadas e “toda obtenção de lucro vai para as mãos de um grupo fechado de organizadores (entrevistado “C” pai de família, 39 anos, 2018)

Na medida em que novos movimentos culturais atrelados à modernização surgem, outros vão sendo extintos, totalmente esquecidos com o falecimento de pessoas que incentivavam tais práticas, como é o caso da chamada “Folia de Santos Reis”. Alguns autores como Pergo (2018) afirmam o seguinte:

A literatura indica que a tradição da “Folia de Reis” teria chegado ao Brasil por intermédio dos portugueses no período da colonização, uma vez que, essa manifestação cultural era realizada por toda a Península Ibérica sendo comum a doação e recebimento de presentes a partir da entoação de cantos e danças nas residências. Nessa linha de argumentação, a Folia de Reis teria surgido no Brasil no século XVI, por volta do ano de 1534, por meio dos Jesuítas, como crença divina para catequizar os índios e posteriormente os negros escravos. Dessa forma, a Folia de Reis brasileira passou a ser composta pelas manifestações culturais de diversas etnias e povos, com variações regionais, seja quanto ao estilo, ao ritmo e ao som, entretanto, mantendo a mesma crença e devoção ao Menino Jesus, a São José, à Virgem Maria e aos Reis Magos (PERGO, 2018, p.01)

Toda essa tradição que a autora coloca, como a doação e recebimento de presentes, entoação de cânticos e danças nas residências, era algo que existia na ilha do Araraim como conta o entrevistado “I”, que relata o seguinte:

Antigamente existia aqui no rio a Folia dos Santos Reis que era tirado no dia de ano e no dia dos Santos Reis, dia 06 de Janeiro, tinha uma equipe organizada pelo um senhor lá da costa conhecido como Manoel Preto, ele que coordenava aquele pessoal, eles começavam cedo meia noite eles saiam cantando, soltando pistola. Eles iam nas casa ganhavam presentes, que geralmente era cachaça, aquilo era muito lindo de se ver, era muito bonito, mas depois que ele morreu em 2009 acabou tudo, nunca mais teve, era tão lindo (entrevistado “I”, pastor evangélico, 45 anos, 2018).

Toda essa festa era realizada com a utilização de instrumentos que eram confeccionados pelo próprio seu Manoel, que utilizava de tronco de árvores, varas que pudessem ser manuseadas sem quebrarem. Também era usado na fabricação dessas percussões artesanais, coros (peles de animais) de veado ou outros animais que pudesse oferece uma qualidade no som do instrumento. Mas é claro tudo isso se perdeu, vive apenas na memória dos mais antigos moradores da região.

2.4 ASPECTOS ECONÔMICOS

O povo do Rio das Flores, possui necessidades como: se alimentar, beber, vestir, calçar e entre outras atividades que se fazem necessárias para a sua sobrevivência. Na antiguidade os povos caçavam e coletavam, até chegar o momento em que o homem¹⁶ passa a plantar, criar e fixar residência em determinados ambientes que lhes proporcionassem os meios necessários para realizar suas atividades.

Ainda hoje algumas destas práticas ainda são realizadas pelo homem, como a coleta dos frutos naturais aqui na região amazônica e isso se tornou uma forma de sobrevivência, inclusive para o povo ribeirinho, que com a escassez do pescado vir na coleta do açaí (*euterpe oleracea*) hoje a sua principal fonte de renda, e isso é algo que é unânime de todos entrevistados, segundo Xavier, Oliveira e Oliveira (2009, p.01):

A palmeira do açaí é à base da economia de mais de 20 municípios paraenses, onde aproximadamente 25.000 famílias estão diretamente envolvidas em atividades de extração, transporte, comercialização e industrialização de seus frutos. Essa exploração é feita em açaizais nativos, que apresentam baixa produtividade, principalmente no período de entre safra. Diante disso muitas famílias recorrem ao desmatamento da floresta para a produção de culturas de subsistência, agravando com isso os diversos problemas ambientais da região.

Na fala dos autores vemos um retrato da realidade que é vivenciada na localidade onde realizamos essa pesquisa, onde a extração do açaí na sua grande maioria é destinada para a indústria de exportação. Esta rentabilidade oferecida pela coleta do açaí tem feito com que os

¹⁶ Quando coloco a palavra homem, não me refiro a nenhuma questão de gênero.

ribeirinhos tenham desmatado grandes áreas para o plantio do fruto, visando maior produtividades.

Esse desmatamento desenfreado da floresta nativa tem ocasionado o desaparecimento local de espécies de plantas como nos é relatado pela entrevistada “A” que fala “tá todo mundo plantando açaí, frutas como: jupáti (*Raphia Taedigera*); a andiroba (*Carapa guianensis* Aubl), a ucúuba (*Viola surinamensis* ou *Myristicaceae*), muru-murú (*Astrocaryum murumuru* Mart) e até mesmo as seringueiras (*Hevea brasiliensis*) nós já não vemos mais, derrubaram tudo pra plantar açaí”. Os açaizais são tamanhos que existem pessoas que coletam o fruto durante inverno e verão, isso está diretamente relacionado à aquisição das práticas de manejos e da extração do palmito que também é comercializado para a indústria.

Apesar de o açaí ter ganhado grande destaque na economia local existe outras formas de renda, a entrevistada “B” fala: “fazemos ‘bico’ por ai, faço pastel e vendo ai no rio, e o que a gente arruma serve pra compra um café, um açúcar, tudo serve, meu marido trabalha, de vez em quando ‘pinta’ um serviço pra ele, no final do ano é o seguro¹⁷ né, quando recebe”

Essa questão do seguro defeso que a entrevistada se refere é algo que se apresenta como uma questão delicada, por que segundo ela:

O seguro não dá pra nos manter, se fosse como é pra ser e o pescador recebesse no dia que fecha a pesca, daria pro pescador se manter, se eles pagassem uma parcela em cada mês. Agora eles pagam tudo de uma só vez, isso quando pagam. Olha tenho pessoas da minha família, os meus irmãos aqui, tem minha cunhada, que tem dois anos que não recebe, quem é que vai ficar esperando? Outra coisa, a gente só compra de ano a ano as coisas, assim, uma televisão, uma coisa, de ano a ano na época do seguro, por aqui o dinheiro que a gente recebe do trabalho só dá pra comida mesmo (entrevistada “B” agricultora e dona de casa, 58 anos, 2018).

Contudo para além destes dois recursos, a economia local também conta com a colaboração da captura do camarão (*Macrobrachium amazonicum*) e do pescado quando abre o período de pesca, juntamente recebe a contribuição das mercearias, bares, casas de shows, das chamadas “diárias” e da criatividade do ribeirinho que realiza pequenas vendas, como de alimentos congelados, pães, sopas e entre outras.

Essas atividades de compra e venda dentro do rio pode ser desenvolvida de duas maneiras distintas, uma ocorre em ambiente residencial ou através das chamadas “marretagens”, que não é nada mais que a venda porta a porta nas casas da região. Vemos

¹⁷ A entrevistada esta se referindo ao benefício social do seguro defeso, que “é uma forma de seguro desemprego, concedido pelo Ministério do Trabalho e Emprego- tem no período de paralização temporária da pesca ou coleta dos recursos pesqueiros determinados pelos governos, visando a preservação das espécies nas fases vulneráveis de seu ciclo de vida ou paralizações causadas por fenômenos naturais ou acidentes ambientais” (COSTA, 2015, p.59).

aqui outros dois elementos de fundamental importância para a caracterização da região, que são os transportes e residências a quais falaremos de ambas.

Segundo Pereira, Furtado e Wanzeler (2017, p.02) “Na Amazônia, a territorialidade ribeirinha se apresenta de forma diferenciada das territorialidades de terra-firme, pois está ligada a mobilidade fluvial, à articulação que mantém com diversos espaços e com o uso de diversos recursos”. As populações tradicionais ribeirinhas, não seriam assim chamadas se estes não tivessem uma íntima ligação com os rios que além de prover alimentação, são importantes vias de locomoção utilizadas para deslocamentos, através de alguns meios de transportes característicos da região amazônica.

Alguns desses transportes são tradições que nos remetem a cultura indígena, como os chamados “cascos”, que são algo que ao longo dos anos se caracterizou como uma marca da identidade amazônica, ainda são usados, como observamos na fala da entrevistada “A” que diz o seguinte:

O casco ainda é usado até o dia de hoje, a única coisa que está sumindo são os remos, por que agora você coloca um motor rabudo no casco e você não precisa mais remar né. Me lembro que nos usávamos velas as vezes no casco para antecipar um pouco a nossa viagem, as vezes nos vinha pra escola a remo ou usando a vela, agora não, tem aí o barco escolar, pra levar e trazer a pessoa (dona de casa, 38 anos de idade, 2018).

Apesar dessa tentativa de resistência de algo que nos remonta há mais de 500 anos de história, vemos que o processo de mecanização e desenvolvimento tecnológico vem modificando a realidade dessas populações. Primeiro a aparição dos motores a diesel, hoje a chegada dos motores a gasolina os chamados “rabudos” e motores de popa usados nas voadeiras¹⁸, que são o que mais são utilizados nos dias atuais na região.

Isso também se reflete na questão referente ao transporte escolar, que hoje é conduzido por um único indivíduo que detém o controle deste ofício por possuir embarcações próprias, apesar de existir uma lancha do programa caminhos da escola à disposição dos alunos, que oferece além de uma maior comodidade, também oferta uma maior segurança, principalmente no que diz respeito aos índices de escarpelamento¹⁹ na região amazônica.

Em geral a justificativa para a não utilização com frequência da embarcação é que a mesma utiliza uma grande quantidade de combustível, que ela somente pode adentrar em

¹⁸ Embarcações mais leves, feitas geralmente de alumínio ou fibra de vidro que possibilitar maior desempenho e velocidades para o deslocamento de seus usuários.

¹⁹ Acidente gerado quando os cabelos ficam presos ao eixo exposto do motor da embarcação no qual o couro cabeludo é arrancado.

alguns rios e furos durante a maré cheia, e uma série de outros fatores que não condizem com a realidade local.

A verdade é que se tornou comum à utilização de embarcações como as voadeiras que hoje estão cada vez mais presentes na realidade do ribeirão e que esse fator ameaça outras classes cada vez mais raras de trabalhadores que são os carpinteiros navais, calafates e pintores.

Além de alguns costumes, práticas e transportes existem outros elementos que vem mudando o perfil do morador de áreas ribeirinhas, são as habitações, onde antes era comum afirmar que os moradores ribeirinhos viviam às margens dos rios em casas construídas em palafitas ou em outros casos e casas que eram construídas com elementos retirados da natureza, como varas, cipós e entre outros. A entrevistada “D” fala:

As casas aqui agora são todas ou de madeira ou de tijolo né, eu lembro de antigamente de casas como a do tio Mário lá na beira da costa que era feita de varas, parede de miriti²⁰, amarrada com timbui, coberta com palha e o assoalho era de “pachiba”, era tão linda uma casa de “pachiba” (*Socratea exorrhiza*), era uma casa “asseada”, lindo aquilo. Agora não, tem essas telhas né, as casas já estão sendo feitas de piso né (entrevistada “D” aposentada, 74 anos, 2018).

A fala da entrevistada demonstra a mudança que vem ocorrendo nos últimos anos nos tipos de habitações da população do Rio das Flores, isso demonstra uma “melhor” qualidade no estilo de vida dessas pessoas, sem deixar de apresentar seus aspectos negativos como aponta a agente comunitária de saúde local, que relata o seguinte:

As mudanças nas habitações trouxeram melhoria porque evita doenças, por que antes juntava muito bicho, aranha, barbeiro, sujeira por que dava muita poeira, melhorou na parte respiratória, só que aí piora por conta da queimadura, principalmente quando é brasão²¹, esquenta muito, nem que seja alto, quando chega o sol valendo das onze horas em diante, fica muito quente, pra quem sofre esse negócio de alergia, problema respiratório e pressão alta, complica mais, só na minha área eu tenho 12 hipertensos (entrevistada “G”, 42 anos, 2018)

Para além de todos esses fatores que influenciaram essas mudanças nas estruturas das habitações apresentados pelos entrevistados, algo que faz com que as construções em alvenarias comecem a ser cada vez mais presente no cenário local é o alto custo das madeiras, que antes era o que predominava na zona ribeirinha, estas além de possuírem um preço exorbitante se deterioram com maior facilidade, logo todos os anos é necessário fazer reparos nas casas por conta do apodrecimento das madeiras.

²⁰ *Mauritia flexuosa* palmeira típica da região amazônica.

²¹ Tipo de telha fabricada por fibra de amianto (a pesar de ser uma substância que causa câncer) e preenchida com cimento, também pode ser misturadas a materiais reciclados como papelão e jornais

2.5 ASPECTOS SOCIAIS E POLÍTICOS: O papel da mulher dentro das comunidades, movimentações sociais e organizações sindicais

Dentro da localidade além das fontes de rendas, movimentações culturais, habitações e etc. temos o papel da mulher como grande protagonista de toda essa dinâmica que ocorre na região. A mulher deixou de ser vista apenas como a dona de casa, a “*parideira*”, o objeto de pertença de uma sociedade patriarcal, isso se deve ao intenso processo de lutas e reivindicações por parte dos movimentos sociais defensores dos direitos femininos nas últimas décadas.

Na região podemos observar que em todas as áreas investigadas até o momento as mulheres têm tido um grande destaque. São elas que são as formadoras de pessoas, as cuidadoras, as provedoras, as incentivadoras, são elas que na sua grande maioria são as professoras. Dentre os técnicos de enfermagens dos quatros duas são mulheres, dos quatro agentes comunitários de saúdes todas são mulheres.

No rio já houve mulheres candidatas no pleito eleitoral concorrendo ao cargo de vereadora, mulher que hoje está inicializando uma associação que visa à preservação dos recursos naturais local.

São elas que na sua grande maioria são as catequistas, as líderes de senhoras nas igrejas, líderes de jovens e adolescentes, diretoras de escolas bíblicas dominicais, regentes de corais, organizadoras e participantes dos projetos sociais como a pastoral da criança e a pastoral do menor, presenciamos mulheres na coleta do açaí e segundo a dona Socorro “ *tem mulher aqui que trabalha mais que o marido, o marido as vezes não tem trabalho, ou o trabalho dele é pouco, trabalha dali , vai busca dali, se vira, aqui é assim a mulher faz mesmo*”

Quando adentramos nas questões referentes a movimentações sociais e sindicais a única “organização” que encontramos no Rio das Flores é o acordo de pesca do início dos anos 1990 e que hoje se encontra caminhando a passos lentos, quase que parando devido aos inúmeros conflitos encontrados em torno do mesmo.

Em geral os pescadores locais estão associados à colônia de pescadores Z-46 com sede no município de Limoeiro-do-Ajuru, coordenado hoje pelo senhor que se apresenta pelo sobrenome de Cavalcante ou vinculados a um sindicato também das cidades denominado SINDIPESCA.

A senhora Neuzarina Socorro Carvalho, a qual demonstrou grande interesse por esta pesquisa encontra-se em um processo de legalização da abertura de uma associação local que visa trabalhar questões referentes à preservação dos recursos pesqueiros e ambientais na localidade.

Contudo, mesmo com a ausência desse tipo de organização, a comunidade local quando quer consegue alcançar suas metas envolvendo todos os indivíduos que fazem parte da dinâmica da localidade, podemos citar dois exemplos que deram certo até o presente momento, a saber: um foi a aquisição de uma estação de tratamento de água, cuja a caixa d'água fica entre a escola e o posto de saúde e os moradores vem apenas buscar a água purificada para seu consumo; o segundo, é a aquisição da rede de energia elétrica, que no período desta pesquisa podemos acompanhar em tempo real todo o processo, onde a comunidade toda com recursos do próprio bolso custearam a instalação da rede de energia elétrica para a ilha que custou mais de cem mil reais, para que fosse montado duas torres de cinquenta metros de alturas que cruzava o cabo elétrico por cima do rio Tocantins, trazendo energia da ilha do Saracá para a ilha do Araraim, deixando de lado o antigo sistema de iluminação e energia que era através da utilização dos chamados motores “conjugados”, aonde era acoplado um gerador de energia elétrica a um motor a diesel ou a gasolina, que eram utilizados durante as primeiras horas das noite e logo após eram desligados geralmente ao termino das novelas.

3 MEIO AMBIENTE SUAS DEFINIÇÕES E CONFLITOS DENTRO DO ACORDO DE PESCA

Nesta terceira parte do nosso trabalho discutiremos *a priori* algumas definições sobre o conceito de meio ambiente tanto do ponto de vista científico, quanto do ângulo do conhecimento empírico, sobre a ótica dos pescadores do Rio das flores, onde veremos que cada indivíduo tem um conceito diferenciado a respeito de o que seja o meio ambiente.

Para chegarmos a cada uma das definições, foi aplicado um questionário semiestruturado com os moradores da localidade do Rio das flores no município de Limoeiro-do-ajurú, em sua maioria pescadores que fazem parte do acordo de pesca local. Também para termos um maior respaldo buscamos complementar este questionário com uma pesquisa bibliográfica e vimos que o meio ambiente é percebido de diferentes formas pelos indivíduos, essa heterogeneidade de percepção é resultado do modo como nós interagimos com ele (Krzyszczak, 2016, p.04).

Logo percebemos que até mesmo no meio científico os especialistas não possuem uma definição exata a respeito do que seja o meio ambiente, justamente por conta dessa heterogeneidade. Comparemos então o que tanto os ribeirinhos quanto os especialistas falam sobre o que é meio ambiente?

Para um pescador da localidade “*meio ambiente é, nós temos que ajudar a preservar, pra gente ter, esse é meu entendimento, por que se nós não preservar, nós não temos nada pra ajudar o meio ambiente, primeira coisa é isso aí*” (Gil Lopes, Taleiro²², 68 anos). Observe que na fala mencionada meio ambiente é visto como algo passível de uma necessidade de preservação, sobre meio ambiente para o autor (Krzyszczak, 2016, p.04) ele nos apresenta a seguinte definição:

Em sentido lato, significa lugar, recinto ou sítio dos seres vivos e das coisas. Em sentido estrito, representa a combinação de todas as coisas e fatores externos ao indivíduo ou população de indivíduos, constituídos por seres bióticos e abióticos e suas relações e inter-relações.

No sistema jurídico brasileiro foi a Lei 6938/81, que trata da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), que definiu o conceito de meio ambiente como “o conjunto de condições, leis, influências e infraestrutura de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”.

²² Um pescador denominado taleiro, que, com o auxílio de uma tala, e com sua sabedoria de localizar cardumes, pode autorizar a turma de pesca a efetuar o cerco aos peixes. A designação de taleiro tem origem no fato deste pescador manusear uma grande tala, construída a partir de uma palmeira nativa da Amazônia, a paxiúba (*Dictyocaryum ptariaanum* -Steyrm), cujo comprimento varia entre três e quatro metros (MORAES, 2005, P.166).

Krzyszczak (2016) nos apresenta duas definições e uma dessas definições é um tanto parecida com o conceito que o taleiro e professor Angiel apresenta sobre meio ambiente, aonde ele pondera a seguinte colocação:

Olha a questão do meio ambiente ela é bem complexa, quando se fala em meio ambiente, a gente tá é vem um conjunto né de situações em que os indivíduos está inserido. Então meio ambiente é todo o conjunto de seres vivos, que vive ali naquele habitat e que sobrevive né naquele espaço. Esse meio ambiente ele deve ser preservado pela sociedade que usufrui né, daquele espaço, eu acredito que o meio ambiente seja um espaço maior, é todo o junto que envolve tanto a floresta quanto a água, seres vivos aquáticos, [...] ele é como eu disse bem complexo (Angiel, professor e taleiro, 35anos).

O entrevistado em questão coloca a dificuldade de definir o que seja de fato o meio ambiente, por este se apresentar segundo o entrevistado como algo complexo, mas que está ao mesmo tempo intimamente ligado com a vida e o conjunto dos seres vivos, onde cada um possui seu próprio *habitat*. Ao mesmo tempo encontramos na fala do senhor Domingos Baleiro, comumente conhecido pelo apelido de “santinho”, uma fala que não remete o conceito de meio ambiente apenas à natureza, vejamos como este pescador de sua maneira define este conceito.

É uma das coisas muito importante, preparar o ambiente pra ti, pra ti sobreviver dentro dele e com ele, do meu ponto de vista em todos os aspectos, do social (coletivo), meio ambiente, seja na agricultura, se uma embarcação, se tu coloca uma embarcação dessa aí, e aí tu não cuidar do ambiente que é um meio ambiente, mas que tu tem que cuidar dele. Olha uma embarcação, tu pula pra dentro dela mas se tu não asseia ela, tu tá desperdiçando, sujando o seu ambiente, a mesma coisa é tu jogar um lixo no rio, aqui graças a Deus a gente ajunta o lixo, mas nem tudo tem esse pensamento, a gente até já discuti, lá na igreja sobre a coleta do lixo, é uma das grandes pro ambiente, o nosso ambiente é o ambiente de todos. Você pega um lixo e joga no rio, você ver os comerciais, nos jornais, nas redes sociais da questão do ambiente (meio ambiente) seca de rios, peixes morrendo por causa disso, porquê? Por que tem elementos que não cuidam bem. Por causa disso prejudicam o ambiente aonde eles vivem e prejudicam o nosso. É muito importante o meio ambiente “*tu é doido*”, quem dera que que a gente pudesse viver[...] ele é um poste principal na realidade das nossa vidas pra quem ver como ele é, então tento colocar ele em pé, tudo depende dele, isso aqui é um meio ambiente se nós não zelar por ele se der uma casa de cupim se não procurar eliminar ela vai sujar o ambiente e daqui com mais um tempo tu não vai ter mais, então tudo a realidade da vida em tudo né (Santinho, pescador, 58 anos).

Este entrevistado em questão apresenta o meio ambiente como sendo todo e qualquer lugar onde haja a presença e a intervenção do hoje, bem como, o conjunto que é formado por fauna e flora, ele coloca o meio ambiente como o próprio afirma, como sendo um poste de sustentação de nossas vidas, isso é claro para aqueles que assim o ver, embora isso se apresente de forma implícita dentro de sua fala. Um dos poucos documentos oficiais que

arriscam a definir um conceito ainda que um tanto vazio e a ISO²³ 14001-2004 que diz que meio ambiente é “*circunvizinhança em que uma organização (3.16) opera, incluindo-se ar, água, solo, recursos naturais, flora, fauna, seres humanos e suas inter-relações*” esse conceito se assemelha bastante com a fala da dona Maria Alciroma (pescadora de camarão e universitária, 30 anos) que define meio ambiente como sendo “*Meio ambiente é a natureza aonde nós pode preservar aquilo que Deus nos deixou como: o pescado, o açaí e várias outras coisas que nós sobrevive da natureza*” e a dona Rosa de Maio (dona de casa e pescadora, 33 anos) o define como: “*Meio ambiente é tudo aquilo de bom, nossa água, nossa natureza, nossos rios*”. Já o senhor. Odail (professor e pescador, 40 anos) verbaliza o seguinte: “*É o conjunto de condições, seres vivos e afluentes naturais que nos cercam, pra mim é assim que é meio ambiente*”.

Observe que cada pessoa independentemente do nível de escolaridade possui uma definição sobre o que seja o meio ambiente e realmente é muito difícil determinar o que ele seja e qual a sua dimensão, mas uma coisa ficou clara é que em todas as falas existe um tom de preocupação ou até mesmo algumas expectativas sobre a necessidade de conservá-lo, pois quando se fala em preservar se entra na dimensão do não usar, não extraí, deixar intacto. Conservar por sua vez faz inferência a utilizar de forma consciente e isso está intimamente ligado com a manutenção do acordo de pesca investigado, o qual nos deteremos mais adiante.

Para fazermos um comparativo, e termos um panorama sobre qual a percepção acerca da pesca na região, lançamos a seguinte pergunta para os entrevistados: Você percebe a diminuição do pescado se comparado há anos anteriores?

Por mais incrível que pareça as respostas não causaram espanto, por que estamos falando de um acordo de pesca criado entre o final do ano de 1992 e início do ano de 1993, ou seja, estamos falando de quase 30 anos de história de extrativismo e nas falas de nossos entrevistados tivemos uma unanimidade nas respostas. Vejamos algumas dessas respostas.

O aposentado Gil Lopes (taleiro, de 68 anos) faz a seguinte fala que transcrevo:

Olha quando eu comecei a pescar com 16 anos, eu também trabalhava com o açaí, que tinha 100% de produto no rio Tocantins, hoje talvez se encontre 20%, então diminuiu 80, é por que veja bem, o pessoal de Cametá, Igarapé-Miri, Abaetetuba, acabaram o que tem lá e agora vem passar pra cá, enquanto daqui não vai nenhum pescador buscar um camarão pra nós lá, tem tudo isso, sobre essa questão, 6 meses sem pescar, tem mais este 4 que é do defeso, então o que é que nos pesca? Março,

²³ Abreviação de International Organization for Standardization (Organização Internacional de Normalização)

abril e já foi, aí eu saio fora daqui por que eu não vivo a minha vida, eu sou aposentado aí pra pescaria eu saio fora pra outro lugar, aí pro Amazonas, enquanto tem gente que fica aí pegando o seus 2 kg de camarão por aqui.

O sr. Domingos (conhecido como santinho) também faz a seguinte fala:

Sou taleiro desde novo, aí fui pegando o gosto pela coisa[...] se o pescado diminuiu? Iiiiiiiiixi, nem se compara quando eu era solteiro, antigamente era o seguinte, antigamente 40 e poucos anos atrás era assim o pescado era de subida e de baixada, ainda é, mas não tem a mesma quantia. Então era assim quando dava um pescado desse de chuva ele baixava lá de cima, ele ia subindo a gente, as turmas iam indo, nessa mesma época era turma, não tinha esse negócio de puçá, aí eu cheguei a trabalhar até acima de Mocajuba no tá de “Angá-Peuá”, de lá eu margulei, nesse tempo eu já margulhava, aí esse pessoal Chico Duarte, finado Vicente Marques, lá eles tinham redes mais altas, capital mais maior, eles pegavam 700, 800 toneladas de peixe, aí depois de um tempo pra cá começou a entrar o negócio do puçá que aqui a gente trata como uma pesca muito predatória, foi, foi, foi que chegou um tempo que nós iniciamos o acordo, aí nesse período em 93, com isso melhorou um pouco, nós levamos aí para o lado de lá que foi o segundo que falei o pessoal do Saracá, começamos a tirar paneiros²⁴ de kg, começamos a tirar fora o pessoal de fora, aí ficam o pessoal do acordo, que passou pro Saracá, depois pro Beiradão²⁵, mas a produção enfraqueceu muito essa, não volta (Santinho, pescador, 58 anos).

Tanto na primeira fala, quanto na segunda fica bastante nítida a diminuição do pescado na região, mesmo que está possua um acordo de pesca, isso é reflexo do extrativismo animal na Amazônia que vem se dando de forma desenfreada, é claro que o extrativismo animal não é algo ilegal para algumas culturas como os indígenas e povos remanescentes de quilombos, com tudo a nosso ver os ribeirinhos aqui da Amazônia tocantina vem assumindo uma postura que torna o extrativismo realizado por eles um método de depredação do meio ambiente, podemos citar aqui por exemplo o desmatamento da flora nativa para o cultivo no açaí e também a utilização do puçá²⁶ para a captura do pescado.

Dessa forma, esse trabalho se limita ao, “extrativismo pelo extrativismo”, exercido em condições de trabalho precárias (GOMES & CARVALHO, 2012, p.2018), ou seja, não existiu uma preocupação em preservar os recursos naturais. Uma fala que explicita essa realidade é o da dona (Rosa de Maio, dona de casa e pescadora, 33 anos) que fala o seguinte “*sim. Diminuiu por que antigamente existiu fartura, hoje em dia as pessoas saem lá pro rio e não*

²⁴ Cesto feito de talas de palmeiras, utilizados para diversos fins como: transporte de objetos, acondicionamento de alimentos, captura de peixes e camarão etc...

²⁵ Parte costeira do município de Limoeiro-do-ajurú.

²⁶ Rede de pesca em forma cônica montada em um aro, usada para capturar de cardumes de pescados e mariscos.

trazem nenhum peixe, então sumiu o que a gente tinha” e isso é confirmado quando vemos a seguinte colocação:

Muito, antigamente, logo que me entendi a gente dava um baque por exemplo de camarão de 35-45 kg de camarão, hoje em dia o cara leva tá pegando 3, 4, 5 kg camarão, nunca mais a gente pegou aquela quantidade e sobre o peixe também se repetem as queixas a respeito da diminuição do pescado na região (Odail, professor e pescador, 40 anos).

3.1 ACORDO DE PESCA A IMPLANTAÇÃO AOS DIAS ATUAIS, SUA CARACTERIZAÇÃO E IMPORTÂNCIA PARA A COMUNIDADE DO RIO DAS FLORES O que são acordos de pescas? Quais suas finalidades? São duas perguntas que nos instigam a pensar de forma diferenciada para uma temática que tem passado despercebida aos nossos olhares, que são os nossos recursos pesqueiros locais, de acordo com Azevedo (2004, p.57, Apud, BARRA, 2013, p.71) têm-se notícias da celebração dos primeiros acordos comunitários de pesca nessa mesma época, segundo dados do IBAMA.

Pontua o autor (BARRA, 2013, p.71) que:

Nesse período, os acordos de pesca eram realizados por lideranças da própria comunidade sem a necessidade de serem legalizados ou regulamentados. Com o passar do tempo, essa situação foi se alterando e os conflitos de pesca começaram a aumentar. Nesse sentido, os acordos de pesca surgiram como uma forma de lidar com os conflitos estabilizar ou reduzir a pressão sobre os recursos pesqueiros locais.

E ainda hoje os acordos de pesca são feitos a essa maneira. Segundo COSTA (2015) 600 mil pescadores artesanais sobrevivem no Brasil da captura de peixes e frutos do mar, bem como na comercialização e beneficiamento deste produto, para o autor:

O acordo de pesca traz consigo, além de auxílio financeiro e acompanhamento técnico, um olhar voltado para as novas possibilidades, para mudança, instigando os pescadores o respeito e a proteção do meio ambiente. A partir desse acordo, a comunidade pesqueira passa a se organizar coletivamente e a buscar novas alternativas de renda (BARRA & SILVA, 2015, p.153).

Certamente ao deparar-se com o preço do pescado no mercado, tenha achado o valor caro, e obviamente já deve ter questionado o porquê disso, uma vez que esta região é considerada “rica” em pescados e outros recursos naturais. Esse fato se dá devido à diminuição dos recursos dentro das reservas, mesmo com a existência dos chamados acordos de pesca que segundo Serdeira (2002), são um modelo de gestão participativa. Para o autor (BARRA, 2013, p.74):

A gestão das regras do acordo de pesca envolve um conjunto de ações coordenadas entre os moradores e pescadores ribeirinhos. As práticas de pesca, incluindo o uso de apetrechos e equipamentos, sofrem uma forte influência de tais regras. Há,

inclusive, a prática de pesca coletiva, como é o caso da pesca do mapará, também conhecida como “bloqueio”

Para o professor Odail acordo de pesca é *“pra mim são combinação de ideias ande as pessoas vão entra em conformidades de consciências das pessoas que vão estar dentro desse acordo”* (Odail, professor e pescador, 40 anos). Com tudo existe pessoal como o seguinte entrevistado que sobre o conceito de acordo de pesca afirma:

Olha a gente não tem bem embasamento jurídico, assim em relação o que é acordo de pesca? E qual a sua finalidade? A gente vem participando de reuniões, aonde agente participa e a gente vem percebendo que o acordo de pesca é justamente é a organização né, daquela comunidade, é um acordo feito entre os moradores daquela localidade, pra que se crie uma forma de proteger as nossa espécies principalmente no momento da sua reprodução. Esse é o acordo de pesca e a finalidade é como eu disse é exatamente isso, proteger as espécies, esse acordo a tendência dele é isso, as famílias, os envolvidos no processo possam criar um mecanismo de pode proteger principalmente na época da reprodução do pescado (Angiel, professor e taleiro, 35anos).

No início da sua fala o entrevistado colocar que não possuem um embasamento jurídico a respeito dos acordos de pesca, quando ele fala sobre esse embasamento o mesmo está se referindo a falta de uma legislação especifica para dá suporte aos acordos de pesca e que o defina que lhe dei uma clareza sobre o mesmo e seus objetivos, logo cada acordo é algo subjetivo de cada localidade.

Além da necessidade de uma gestão participativa, faz-se necessário um determinado jogo de cintura para entender a o conceito do termo acordo de pesca como sendo algo de fundamental importância para o controle da captura do pescado, aonde o pescador abaixo afirma o seguinte:

O acordo de pesca é muito importante por que é feito través da comunidade, ai a comunidade ela tem o controle do trabalho né, por que por exemplo: é difícil isso, só funciona se tiver a segurança, por que o povo, a maioria do povo não tem consciência, em dizer a partir do dia 1º de novembro nos vamos respeitar né, a gente não vai trabalha né , só que não uma parte tem a consciência e a outra não, ai começa o fulano vai lá de noite, sai vai lá flinge a lei lá, ai amanhã eu já sei, ai não demora eu vou lá, ai acaba que não funciona, só funciona se tiver a polícia, no caso a segurança, é muito importante o acorde de pesca, mas a partir que o povo tenha consciência, que todo mundo respeite (SILVIO, pescador, 39 anos) .

A dona Maria Alcirema (pescadora de camarão e universitária, 30 anos de idade) “acordo de pesca é pra preservar a nossa reserva de pesca” e Rosa de Maio (dona de casa e pescadora, 33 anos) afirmam que “o acordo é uma equipe de pessoas que fazem uma

associação pra preservar os peixes e a sua reserva, aonde tá os peixes pra na época da pesca eles pegarem esses peixes”.

Nas falas acima vemos que todas convergem para uma mesma direção, que é o viés da conservação ambiental, há uma preocupação com a fonte de subsistência da comunidade que gira em torno de dois principais eixos que são: a coleta do açaí bem como a pesca do camarão e do peixe, este último mencionado talvez seja o que esteja mais ameaçado, pois algumas espécies de pescado segundo relatos já desapareceram, vejamos o relato a seguir:

[...]mestre eu já não tenho mais nada, eu não tenho uma Pipira pra dá água, eu vi 100% de produto hoje não tem 20%, nem secava o roupa pra sair pra borquear em qualquer lugar desse, custava terminar de beneficiar o produto que nós já tavamos pegando ela. O dono da turma ainda fazia isso, nós não, nós era empregado e era um restinho da escravatura, então se tivesse uma educação de todo mundo, porra vamos preservar pra nos ter, vem aumentando a população então o que vai acontecendo, os moleques vão aprendendo a flechar peixe, a jogar tarrafa²⁷, a fazer tudo isso, o que é que cai ficar? O que eu vi nesse rio não tem mais, aqui tina Aruanã²⁸, Acará²⁹ Disco, Tucunaré³⁰, tudo esses tipos de peixes, hoje você não ver mais[...] (Gil Lopes, taleiro, de 68 anos idade).

De acordo com Barra (2013), os ribeirinhos na tentativa de manter subsídios para a sua sobrevivência criam novas ferramenta ou estratégias na intencionalidade de garantir através de uma nova roupagem o necessário para que se mantenham os recursos naturais, e de acordo com ele:

Para garantir, enfim, que os rios continuem tendo importância para a vida e sejam capazes de garantir renda à população local, faz-se necessária a inserção de novas técnicas e de trabalhos voltados para diversificação da produção. Neste sentido, o acordo de pesca, na análise dos participantes das comunidades, tem sido muito importante não só por proporcionar auxílio financeiro e acompanhamento técnico aos pescadores [...], mas pela possibilidade de provocar a mudança de concepção dos atores em relação a novas formas de vivência, respeitando os limites do meio ambiente (BARRA, 2013, p.78).

Porém durante nossa pesquisa no acordo em particular estudado, observamos que a maioria das pessoas pertencentes ao acordo e a comunidade, não respeitam estes limites do meio ambiente e acabam por provocar um desequilíbrio na ordem natural das coisas, devido

²⁷ Uma tarrafa é uma rede de pesca circular com pequenos pesos chumbo distribuídos em torno de toda a circunferência da malha usada para a captura tanto de peixes quanto de camarão e etc.

²⁸ Aruanã (*Osteoglossum bicirrhosum*) é um peixe de água doce, ósseo, da família Osteoglossidae.

²⁹ Acará-disco (*Symphysodon discus*) é o nome comum atribuído a alguns peixes de água doce classificadas no gênero *Symphysodon* comumente encontrados nas bacias do rio Amazonas.

³⁰ Tucunaré (*Cichla spp.*), é uma espécie de peixe presente nos rios da América do Sul, em especial do Brasil, também conhecida como tucunaré-açu, tucunaré-paca, tucunaré-pinima, tucunaré-pitanga, tucunaré-vermelho ou tucunaré-pretinho.

ainda não terem adquirido essa mudança de percepção, aonde preservar para muitos se limita ao período do defeso, que por se algo que não é fiscalizado, não é respeitado e muito menos funciona como deveria.

Quando COSTA (2015) em um de seus trabalhos fala sobre questões relacionadas a esse universo da preservação ambiental e a degradação oriunda do crescimento populacional e extração desordenada dos recursos naturais, o mesmo faz relato de um caso aonde se chegou a um grau de entendimento de que:

Esse diagnóstico mostrou que a degradação ambiental decorre, principalmente, do crescimento populacional desordenado e da exploração exacerbada dos recursos naturais.

Tal cenário mostrava que caso não fosse tomada nenhuma medida capaz de alcançar estabilidade populacional, econômica e ecológica, tudo um dia poderia acabar (COSTA, 2015, p.49)

A fala do autor se apresenta muito próxima da realidade vivenciada na localidade aqui estudada, pois nos deparamos com o seguinte relato transcrito:

[...]a questão da diminuição do pescado, é bem visível, a gente consegue fazer uma comparação com os anos anteriores e percebe que a cada ano que passa a gente vai tendo uma redução na produção do pescado, e são vários os fatores. É um dos fatores que a gente vê hoje aqui na nossa região é a pesca predatória né dos nossos moradores, o uso de recursos de apetrechos né. De... de... de... captura de peixe como o puçá, a espingardinha³¹ e o aumento da população, era muito menor, muito mais menor que hoje em dia, então se a população aumenta há a necessidade de alimentos, e ela tende a aumentar[...] (Angiel, professor e taleiro, 35anos).

Em geral as pessoas que fizeram parte desta pesquisa são associadas à colônia de pescadores Z-46 de Limoeiro-do-Ajurú e de algumas associações sediadas na cidade, e quase que de forma unânime todas tiveram conhecimento do acordo de pesca através da comunidade local (igreja católica) que é hoje a instituição que luta para reerguer o acordo novamente. Sendo que a participação social tem sido um dos grandes empecilhos para que tal fato ocorra devido os moradores locais terem “perdido” a crença de que o acordo possa ainda ser uma alternativa bem-sucedida para a manutenção de seus bens naturais, a respeito dessa participação social o autor fala:

O termo participação tem sua origem na palavra “parte”, ou seja, significa fazer ou tomar parte de algum grupo ou associação, ou ainda, pode-se atribuir o termo ao processo de tomar parte em alguma atividade ou negócio. É possível afirmar também, que participar significa ter parte em algo, fazer a diferença, contribuir para a construção de algo, tendo em vista um futuro melhor.

³¹ Apetrecho de pesca predatória, também conhecida como flecha ou fisga, que possui formato de uma espingarda de tamanho aproximado de 50cm de comprimento aonde se coloca um pequeno arpão feito com vergalhões finos de construção civil, arremessado por ligas de borracha preso a uma linha aonde o mergulhador atira para capturar o peixe no fundo dos rios.

A participação tem sido uma alternativa natural para que os seres humanos possam perpetuar sua existência, vencer os desafios impostos pela natureza, bem como inferir no meio realizando suas ações (COSTA, 2015, p.60)

Dentro de nossa pesquisa nos preocupamos em verificar a participação da comunidade, pode até soar como algo negativo, nesse momento deve parecer que este trabalho foi realizado com a intenção de recolher todos os pontos que assumem uma postura negativa dentro do acordo estudado para aqui fazer críticas, mas colocamos aqui o que de fato verdade presenciamos e o que nos foi relatado, vejamos algumas falas transcritas a respeito da participação das pessoas dentro do nosso objeto de estudo:

É pouco, agora é bem pouco, não é como foi naquele tempo, no começo por exemplo, foi várias pessoas que se disponibilizaram para organizar o acordo né, naquela época teve muita coisa aqui até a preservação do rio teve naquela época, não podia colocar matapí, não podia colocar malhadeira, era muito camarão, era muito peixe e hoje em dia não, são vários os apetrechos que são usados, como a flecha no fundo, tarrafa, tudo isso já tá sendo utilizado,, aí não tem como ter nada, já estamos sentindo o abalo (SILVIO, pescador, 39 anos de idade).

Na fala do taleiro (Gil Lopes, taleiro, de 68 anos idade):

Muitos não estão se interessando, muitos se interessam, pra querer pra nos ter aquilo que nos conversou no início, pra ter sempre a nossa produção, e tem muitos que não estão nem aí, se puder tirar logo e acaba melhor, antes não precisava colocar ninguém vigiando lá fora, hoje pra ter um pouco de peixe tem que tá lá vigiando, olha despesa que a gente faz e não é contra os de fora é contra os daqui mesmo.

Em outra fala: *“eu vejo que não há essa atividade de participação, agora que querem organizar, anos atrás era efetiva, mas agora de um tempo pra cá desandou”* (Conceição, coordenadora comunitária, 42 anos de idade). Esse tipo de relato se dá pelos conflitos existentes dentro desse acordo e também por conta dos ribeirinhos já não mais acreditarem no mesmo devido experiências malsucedidas e por se sentirem abandonados pelas autoridades, como colônia de pescadores, IBAMA, SEMMA e outros, pois quando perguntamos se recebem apoio de alguma organização ou entidade etc. a resposta é uma só, que o único apoio que possuem é o da comunidade.

Contudo, há relatos de que no passado já houve apoio da colônia de pescadores, da polícia ambiental e militar, da prefeitura, do IBAMA e do ICMBio, vejamos:

No início podíamos dizer que tínhamos, hoje a gente pode contar só com as igrejas aqui da localidade católicas e protestantes, podemos contar com um apoio mesmo que restrito da prefeitura, podemos contar com o apoio moral da prefeitura e, mas já tivemos momentos sim de apoio do ICMBio, IBAMA (Angiel, professor e taleiro, 35anos).

Com todas as reclamações em torno desse assunto, podemos observar claramente que as pessoas quando indagadas quanto à importância de existir um acordo de pesca na região obtivemos respostas como:

Sim, o acordo de pesca ele é importante para comunidade e para a região por que eu e credito que que é o único caminho que se tem né, para se proteger as espécies ainda existentes, mas esse acordo tem que ser organizado né, é... tem que ser criado uma maneira de como sustentar a sociedade né, criar novas estratégias né, na época do defeso para que as pessoas possam se sustentar. Um dos caminhos para que as famílias consigam vencer esse desafio é a criação de peixe em cativeiro, para o peixe da nossa região possa ter como se reproduzir, quando as pessoas se conscientizar desse papel de poder criar também em cativeiro, pra que a natureza possa ter aquele tempo de se recuperar, por que 4 meses não é suficiente pra recuperar 10 anos (Angiel, professor e taleiro, 35anos).

Nas falas da dona Maria Alciroma (pescadora de camarão e universitária, 30 anos) *“sim, por que é através do acordo de pesca que a gente preserva o peixe, por que se não existisse a preservação na abertura da pesca as pessoas não pegavam o peixe”*.

Já a Senhora (Rosa de Maio, dona de casa e pescadora, 33 anos) *“Sim é importante por que é através desse acordo de pesca as pessoas vigiam para que na abertura todas as famílias sejam beneficiadas”*.

O senhor (Gil Lopes, taleiro, de 68 anos idade) afirma que: *“É importante, eu acho importante porque com o acordo de pesca tudo vão trabalhar em cima daquilo ali, pra que ele preserve, e para isso ele precisa entender o acordo de pesca”*.

Mais com toda essa importância que o acordo de pesca aparenta ter na vida dessas pessoas, este está rodeado de conflitos que o impedem de ter prosseguimento e se perpetue para as futuras gerações, que são quem darão continuidade a este trabalho que vem sendo tentado ser efetivado há quase trinta anos. Estes conflitos perpassam por várias áreas e vão de coisas banais até fatos mais amplos que precisam ser discutidos e trabalhados para poderem ser superados.

3.2 OS PRINCIPAIS CONFLITOS ENCONTRADOS NO ACORDO DE PESCA NA LOCALIDADE DO RIO DAS FLORES

3.2.1. Confrontos Contra os Estrangeiros

Dos principais problemas encontrados dentro do acordo da reserva pertencente ao Rio-das-Flores, nos deparamos com a questão da luta contra pescadores estrangeiros que se deslocam de outras localidades para praticar a pesca na reserva pertencente à comunidade. O

sentimento de pertença dos produtos naturais (no caso o pescado e o camarão) foi o gatilho para que se propusesse a criação de um acordo de pesca na região, pois a pesca na região se tornou algo tão intensa que os moradores locais já estavam sendo prejudicados no sentido de não mais poderem capturar o pescado mesmo que fosse apenas para sua subsistência.

Primeiro a luta foi contra as pessoas de fora, como nós acabamos de conversar ainda agora, o lance do camarão, os outros tipos de pesca predatória foi uma questão muito grande pra regularizar isso aí, hoje nós já não temos com os de fora, já é contra os daqui, que quando chega na hora você fala: “ê seu fulano nós temos defendendo não faça isso”, já tem dois fazendo pra ali, então continua a briga ainda pior por que agora é o pessoal daqui (Gil Lopes, taleiro, de 68 anos).

Na fala acima vemos nitidamente esta luta contra pescadores vindos de fora bem como na fala de:

Teve vários, cara por que aqui na época era largado, vamos quase como está hoje né, várias pessoas de toda parte entrando, o que foi feito, já foi tentado tira as pessoas de fora, por exemplo: aquele, pro acordo ser só do pessoal da comunidade, naquela época eu creio que tinha três comunidades, então foi formado uma comissão e foi tirado os fiscais, nessa época a prefeitura dava policiamento caso fosse preciso, foi feito um acordo aí o pessoal foram para lá, aí teve vários conflitos com pessoal de outras partes, pessoal que lanceavam camarão, por causa do puçá que naquela época foi extinto, se fosse fazer a mesma coisa daquela época, a mesma coisa ia acontecer, o pessoal lá insistindo, ia ter conflito porque a coisa já tá muito bagunçado por causa do puçá que já tem aqui, que é uma coisa que não pode, por que a partir que o acordo foi feito o apetrecho não pode mais ser usado como o puçá, não tem o respeito, as leis fracassam, por exemplo: quando passou para a mão da prefeitura não pode mexer, com você por exemplo, por que ele não quer o seu bem, ele também precisa de seu voto, então quando você inflige a lei que vai pra lá a comissão denuncia e vem o pessoal de lá e diz “ah não, vamos deixar pra lá”, aí amanhã já vai outro e perde o controle, aí agora pra recupera o controle não é fácil (SILVIO, pescador, 39 anos).

Já o sr. (Odail, professor e pescador, 40 anos de idade) afirma:

Rapaz o primeiro conflito foi com o povo de fora, eles vinham querer fazer a captura dos peixes né, aí começaram a gerar novos conflitos, o pessoal começaram a pegar o barco cheio de camarão, aí eles traziam pra cá pra beira, aí eles tinham que fazer a apreensão sabe? De redes, de lá sabe? Aquelas redes que não varavam nada, esse foi um dos maiores conflitos que teve.

Os conflitos que giram em torno dos estrangeiros estão ligados à ideia de propriedade privada, aonde o pescador tem a o sentimento de posse do rio e dos recursos nele contido. Na verdade, essas lutas são mais no sentido da hegemonia do que propriamente dita no que diz respeito ao pescado como afirma:

A emergência desses conflitos põe em evidência a disputa por hegemonia entre distintas concepções sobre as formas de incorporação da natureza para satisfazer necessidades várias. Está em pauta todo um processo de disputa pelo controle do acesso e exploração dos recursos ambientais que vai interferir na própria dinâmica constitutiva de determinados grupos (Almeida, 2014, p.04).

A mesma autora fala sobre a importância de se fazer estudos sobre esta temática, pois, *“estudar estes conflitos é uma forma de dar visibilidade, no debate sobre o acesso aos recursos naturais, aos distintos atores sociais envolvidos”* (Almeida, 2014, p.04), ou seja, é olhar para o ribeirinho, pescador e pai de família como um agente social, passível de interagir em um meio, com uma determinada dinâmica, aonde ele pode ser o oprimido ou o opressor. Mas por que o coloco nestes dois papéis, por que assim como ele pode ser oprimido por outro pescador ou grupo de pescadores, ele próprio pode fazer o mesmo, por conta desta luta pelo poder.

3.2.2. CONFLITOS POLÍTICOS

Um segundo problema tido como conflituoso dentro do acordo de pesca é exatamente as disputas políticas e quando falo de política me refiro ao termo nos seus mais diversos sentidos, contudo o que mais se destaca é a política partidária, uma vez que esta vem se tornando um empecilho para o desenvolvimento dos acordos de pesca na região.

Alguns poucos entrevistados afirmam não ter ideia se há ou não conflitos de natureza política dentro do acordo, mas vemos algumas falas que nos permitem ter uma visão de como isso se dá dentro do acordo.

O prefeito dá um ajuda conforme vão cobrar dele lá ele apoia. Pra você ver que nem a polícia vem quase aqui. Nos outros mandatos, não vou falar de prefeito que tá lá porque ele administra para todos nós, sempre vinha a polícia fazer a segurança geral, ajudada através da comunidade o pessoal lá da comunidade sai de lá uma despesa pra fazer tal coisa, mas não tivemos mais, até o ano trasado, logo que ele pegou o primeiro ano de mandato ela ainda ajudou nós aqui e depois ele falou que não ia ajudar fora que não ia mais fazer isso porque a despesa era muito grande e não tinha uma recompensa. A colônia já ajudou muito, mas também pulou fora (Gil Lopes, taleiro, de 68 anos idade).

Em outra fala ouvimos o seguinte:

[...]quando começou essa disputa política, daí que não deu certo, da época de 2005-2006, naquela época era só a colônia e sindicato aí de lá daquela época começou e gerar as associações e tantas outras entidades que agora já tem no município, daí foi perdendo o controle por que uma queria ser maior que a outra, aí quando uma elaborava um projeto que ia pra lá aí outra já ia e dava de encontro[...]a partir daí a prefeitura começou a entrar no meio, naquela época era a colônia que comandava, quando chegava o período do fechamento da pesca a polícia ambiental chagava, aí ela ficava aí os 4 meses, quando chegava o período que terminava o período do defeso, tinha várias toneladas de peixe na reserva aí. Com um certo tempo o prefeito viu isso, o poder público, viu isso como uma máquina de conseguir voto através da polícia ambiental no caso, aí o que eles fizeram? Eles transferiram, naquela época era a colônia que tinha o acesso lá no governo, aí quando chegava o período a colônia metia o ofício lá e eles liberavam a polícia pra vim. Aí passou pra prefeitura, tiraram a colônia fora, aí isso já gerou uma quebra. Porque isso aí tinha uma despesa muito grande parece que naquela época uma diária de um policial era R\$100,00,

então gerava uma despesa muito grande entorno de um mês, no período dos quatro meses se tornava maior ainda, ai eles não tinham noção disso que era preciso manter e ter o pagamento, ai quando a prefeitura pegou pesou no orçamento, ai eles começaram a não dá mais conta, ai começou a falhar, quando vinha 15 dias, levava um mês sem vim, depois quando vinha era só aquela semana, durante eles tarem tudo bem, mas depois que eles iam “avacalhava” tudo, o pessoal começa a pescar ai daí pra cá não prestou mais (SILVIO, pescador, 39 anos).

Observe que houve uma época em que o acordo de pesca funcionava e existia uma preocupação, havia uma parceria entre órgãos fiscalizadores, mas chegou o momento em que a politicagem passou a falar mais alto, e nos deparamos com essa comparação do acordo de pesca com uma máquina de aquisição de votos e o descaso com o pescador que passou a mendigar ajudas como vimos na fala do seu Gil acima. Outra pescadora fala o seguinte: “*No tempo que o pessoal do amarelo, ajudavam aqui com a nossa preservação essa ilha era do povo e depois que caiu pro 13 a ilha se tornou de uma pessoa só*” (Clementina³², pescadora, 40 anos).

Na ocasião da coleta de dados tivemos o privilégio de participar de dois momentos políticos importantes um para a comunidade e outro que beneficiou esta pesquisa. O primeiro foi um encontro com o presidente da colônia de pescadores local que nos recebeu, no entanto não nos permitiu ter acesso a nenhum documento e nem registra qualquer coisa que fosse (fotografias, filmagem, gravação de áudio, etc.), mas nos deu algumas informações que não deixam de ser de relevância para entendermos estes conflitos políticos.

O presidente em questão fez com que os pescadores através de coleta de assinaturas abrissem mão do direito de participar do processo de escolha da direção da colônia Z-46, perpetuando assim o seu mandato, na ocasião também o mesmo relatou que a entidade possuía três voadeiras que eram destinadas apenas para a fiscalização das reservas de pescados, mas que duas haviam sido colocadas em bingos para arrecadação de fundos para a ampliação do prédio da sede da colônia de pescadores e que um terceira estava encalhada em um estaleiro local.

Fomos orientados a abrir mão da pesquisa, pois a mesma não daria em nada segundo ele e no decorrer da conversa descobrimos que o mesmo havia se candidatado a três pleitos eleitorais para o exercício do cargo de prefeito local, mas que não havia tido êxito e demonstrou certo ressentimento com a classe pesqueira devido a isso. Foi a partir desse

³² Nome fictício para evitar possíveis retaliações.

momento que as ajudas e incentivos aos acordos de pescas deixaram de ser realizados pela colônia.

O segundo momento foi a participação em uma missa celebrada pelo pároco da cidade de Limoeiro, na ilha do Saracá³³, aonde também estavam presentes o prefeito local, o secretário de pesca, o secretário de agronomia, o secretário de meio ambiente e alguns líderes locais que após o momento religioso, sentaram para uma roda de conversa a respeito de políticas públicas voltadas para a população ribeirinha locais e para falar sobre a manutenção dos acordos de pesca, só que mais uma vez não tivemos permissão de fazer registros do momento, mas foi de veras interessante ver os pescadores se posicionando cobrando

Fotografia 3 e 4- missa em ação de graças pela abertura da pesca



melhorias para suas localidades.

O ato além de ser uma cerimônia tradicional, aonde os pescadores recebem as bênçãos para boas pescarias, também fazia parte do debate sobre o tema da campanha da fraternidade do ano de 2019 que traz como tema: “Fraternidade e Políticas públicas” como mostra abaixo:

E se discutia nessa reunião a necessidade de o poder público local rever alguns posicionamentos a respeito dos incentivos que não estão tendo para subsidiar a manutenção dos acordos de pesca da região, o retorno de atividades como a fiscalização e a criação de uma planilha de comprovação de produção para evitar as fraudes referentes ao seguro defeso, onde muitos dos ribeirinhos ainda não haviam recebidos e alguns já estavam a alguns anos

Fonte: acervo pessoal, 2019

acordo

³³ Ilha vizinha ao Rio-das-Flores

e vá até a reservar retirar o pescado para o seu sustento, nesse contexto adentramos em um assunto delicado que é a pesca predatória que segundo a autora.

Um dos pontos mais sensíveis nas discussões sobre a pesca predatória está focalizado no período de defeso que é um tempo estabelecido em decorrência da reprodução de determinadas espécies com o objetivo de preservá-la [...] Nesse período os pescadores artesanais recebem do governo, proventos em dinheiro durante a época em que não podem obter renda da pesca por impedimento legal(FURTADO,2019,p.10)

A partir da fala da autora acima citada temos o gatilho para a temática do nosso próximo tópico que está intimamente ligado à pesca predatória na região e a utilização de mecanismos de captura de pescados que ferem os princípios estabelecidos nos acordos de pesca e nas legislações vigentes em território nacional.

3.2.3. CONFLITOS REFERENTES À UTILIZAÇÃO DE APETRECHOS DE PESCA E PESCA PREDATÓRIA

Outro grande problema gira em torno da pesca predatória e os tipos de apetrechos utilizados para a captura do pescado, aonde se debate muito a utilização do puçá e outras ferramentas como a fiska (espingardinha), os paneiros, as malhadeiras de malha fina como relatam os moradores.

O principal conflito é aquilo que eu falei na reunião lá, porque nós temos escrito ali que nós íamos tirar as redes de pegar camarão, a malhadeira malha fina, aqui ainda não tinha puçá na época, mas discutiram que não tinha praia suficiente pra todos, nós vamos forrar um ao outro, tem o trabalho o camarão vai dá e todo mundo vai pega. Isso pra incentivar [...] ai depois de um tempo pra cá começou a entrar o negócio do puçá que aqui a gente trata como uma pesca muito predatória, foi, foi, foi que chegou um tempo que nós iniciamos o acordo, ai nesse período em 93, com isso melhorou um pouco, nos levamos ai para o lado de lá que foi o segundo que falei o pessoal do Saracá, começamos a tirar paneiros de kg[...] (Santinho, pescador, 58 anos de idade).

Então vejamos que a questão da pesca predatória é algo que já vem se arrastando em longo prazo na localidade, no ano de 1993 já se tinha a ideia de que era preciso que fosse retirado de uso alguns apetrechos que mais tarde trariam um mal para as futuras gerações. Contudo, vemos que nem todos têm essa consciência como afirma:

Olha tem um lugar ali que nós não borqueia de rede aberta, só quando dá certo com o puçá, lá é o ‘lava saco’ dos malhador, é por lá que o peixe entra que abeira ai, mas todo dia tão batendo água, então é uma dificuldade que o cara luta, ninguém vai brigar com eles por que não tem jeito, é só se a polícia viesse (Gil Lopes, taleiro, de 68 anos idade).

Segundo o autor:

O cerne das atividades ecologicamente predatórias tem como eixo central o desgaste e a ineficiência das instituições sociais, inacessibilidade aos sistemas de informação e comunicação, bem como os valores adotados pela sociedade. Para que haja uma mudança de concepção, é preciso estimular uma participação mais ativa da sociedade no debate dos seus destinos, como uma maneira de estabelecer um conjunto socialmente identificado de problemas, objetivos e soluções (BARRA, 2015, p.32-33)

É justamente esse desgaste que vem fazendo com que tais práticas perdurem, pois não há quem trabalhe para que se tenha essa mudança de concepção, e faça ter essa participação mais ativa da população em debates que possam decidir os rumos de suas vidas.

3.2.4. CONFLITOS REFERENTES ÀS DIVISÕES INTERNAS, DIVISÃO DA ILHA E À APROPRIAÇÃO DA RESERVA

Outro conflito encontrado foi que a reserva do “Jeca-Minhoca” ou “Ararainzzinho”, sofreu com uma divisão não só interna de ideias, mas também sofreu uma divisão territorial onde para cada número de três famílias, foi tirado determinado lote para exploração devido, as constantes discursões a respeito da captura dos produtos oriundos da reserva, veja fala o sr. Odail, quando questionado sobre os principais conflitos locais:

Foi a divisão interna que houve dentro da comunidade, por que começou a dá muito camarão, aí o pessoal começou a dividir áreas, cada uma área era de 120 metros, cada uma tinha 3 pescadores que ficava na beira, tinha pescador que ficava no meio, tinha pescador que ficava aqui fora. O que tava aqui fora, já tava pegando pouco, o que tava na beira já tava pegando muito, aí começou a gerar os conflitos. Uma área que dava pouco camarão, a pessoa já queria uma pra cá pra essa área, aí começaram a discutir, foi um ponto negativo, um grande erro a divisão da ilha, uma coisa que até hoje tá afetando os próprios moradores da comunidade de modo geral (Odail, professor e pescador, 40 anos de idade).

Vemos que essa divisão se tornou um problema, mas isso se deu pelo motivo de que:

É, pois é, eu consegui ver, por que é assim participou de algumas reuniões só que que chegou um momento dessas reuniões que começaram a haver conflitos com discursões, discordâncias sobre como organizar e aí alguns líderes comunitários traziam uma proposta, outros já traziam outras e aí a gente percebia que as nossas reuniões não tinham uma finalidade e aí que culminou com a divisão da área da reserva. A reserva do jeca-Minhoca ela era uma só área e aí com o decorrer o tempo com essas divisões, com esses desentendimentos a gente foi obrigado a ter que dividir em duas áreas que foi gerado desses conflitos (Angiel, professor e taleiro, 35anos).

Já quase que digerido esses discursões, a respeito da divisão da reserva hoje emerge um novo problema que está indignando toda a comunidade que através do surgimento de algumas associações no município ocorreu que:

Agora recentemente, a Socorro já tem até o papel, o documento da ilha Jeca-Minhoca, que essa ilha aí todo mundo sabe que beneficia todos. Praticamente todas

as famílias do rio das flores, agora ela tem esse documento que ela fala que é dela lá, no caso agora recentemente ela falou parece que o pessoal só vão borquear se ela quiser por causa que ela que tem o documento da ilha o RBU, isso daí tá dando uma grande polemica que tá acontecendo (Ana Célia³⁴, dona de casa, 30 anos).

Vejamos bem que de uma simples discordância de pensamento se gerou outro grande conflito que a comunidade agora está se mobilizando para tentar solucionar, uma vez que, como já colocado a mesma não pertencia ao município de Limoeiro, mas através de audiência públicas tiveram causa ganha para a comunidade poder fazer uso dos recursos ali existentes.

4 A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO DENTRO DO ACORDO DE PESCA

Nesta última etapa deste trabalho apresentaremos o papel da educação dentro do acordo de pesca da localidade do Rio da Flores, vista pela ótica dos pescadores e membros da comunidade, buscando assim dá uma resposta para a situação problema que gerou esta pesquisa. Contudo, vemos que não somente a escola, mas toda a sua dinâmica deve perpassar por um processo de conscientização e readequação de seus ideais visando alcançar um novo objetivo que se apresenta como conservação dos recursos naturais locais para a subsistência desta e das futuras gerações.

Há uma unanimidade de pensamentos quando a questão é se a escola deve ou não trabalhar o tema acordo de pesca em sua grade curricular? A maioria das respostas que obtivemos foi que a escola não só deveria como também teria uma obrigação de trabalhar a conscientização acerca da preservação ambiental e sobre tudo o zelo pelos recursos naturais locais.

Vejamos o que algumas pessoas externalizam sobre a o questionamento, se a escola deve ou não abordar a temática acordo de pesca.

Deveria, talvez na escola na escola saiba educar a pessoa, pra participar das coisas na frente, por que mestre eu já não tenho mais nada, eu não tenho uma Pipira pra dá água, eu vi 100% de produto hoje não tem 20%, nem secava o roupa pra sair pra borquear em qualquer lugar desse, custava terminar de beneficiar o produto que nós já tavamos pegando ela. O dono da turma ainda fazia isso, nós não, nós era empregado e era um restinho da escravatura, então se tivesse uma educação de todo mundo, porra vamos preservar pra nos ter, vem aumentando a população então o que vai acontecendo, os moleques vão aprendendo a flechar peixe, a jogar tarrafã, a fazer tudo isso, o que é que vai ficar? O que eu vi nesse rio não tem mais, aqui tina Aruanã, Acará Disco, Tucunaré, tudo esses tipos de peixe, hoje você não ver mais, então começaria por ai a educação, vamos deixar pra ter (Gil Lopes, taleiro, de 68 anos).

³⁴ Nome fictício

Na fala do taleiro acima citado podemos observar que para ele a escola tem um papel fundamental para com o processo de conscientização de seus alunos, pois os mesmo segundo ele estão digamos assim “navegando na contra a maré” da conservação e contribuindo para a extinção de algumas espécies de pescados como já mencionado. Logo para ele a escola e seu processo de ensino aprendizagem são o ponto de partida para mudar a realidade atual da comunidade. Em consonância com a fala do seu Gil, temos a discurso do senhor (Santinho, pescador, 58 anos) que fala:

Nós já até discutimos sobre isso, que tinha um período de aula, uma hora sei lá que tenha pra discutir essa educação do meio ambiente dentro da escola. Já discutimos sobre isso, já foi mexido nisso aí, deveria ser trabalhado em todos os aspectos, na religião, no meio ambiente, tudo deveria ser conversado em sala de aula.

Observemos que a equipe que coordena o acordo de pesca da região segundo a fala do colaboradores acima mencionado, o grupo já discutiu sobre a necessidade da escola se envolver em debates e assuntos relacionados a realidade da região, onde para eles em sua fala temos a impressão de que a escola está se isentando de seu papel social, cultural e político. Nessas mesmas falas fica mais de que uma simples impressão, mas uma certeza de que a escola tem se preocupado com uma educação meramente formal e técnica aonde tudo que se ensina é o que já está pré-determinado pela secretaria de educação e órgãos superiores, explicitando assim que a escola não tem tido a autonomia para formular seu próprio currículo, bem como o Projeto Político Pedagógico. Onde ambos são ferramentas norteadoras sobre os rumos que a escola seguirá no seu processo de ensino.

Logo para a autora (VEIGA,2003, p. 11-12), o Projeto Político Pedagógico é:

Um documento que não se reduz à dimensão pedagógica, nem muito menos ao conjunto de projetos e planos isolados de cada professor em sua sala de aula. O projeto Pedagógico é, portanto, um produto específico que reflete a realidade da escola, situada em um conjunto mais amplo que a influência e que pode ser por ela influenciado. Em suma, é um documento clarificador das ações educativas da escola em sua totalidade.

A autora em questão coloca de forma clara o que vem a ser o PPP³⁵, ela afirma que é algo que deve estar para além das barreira física das paredes da sala de aula, que é algo que deve estar voltado para a realidade da escola, sendo assim faz-se necessário a criação de um PPP que leve em consideração a necessidade de possuir em seus objetivos trabalhar a conservação das reservas de pescado da localidade uma vez que esta é a realidade da comunidade que a cerca. A mesma autora também afirma que:

³⁵ Sigla de Projeto Político Pedagógico

O Projeto Político Pedagógico aponta um rumo, uma direção, um sentido explícito para um compromisso estabelecido coletivamente. O Projeto pedagógico, ao se constituir em um processo participativo de decisões, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que desvele os conflitos e contradições, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando pessoal e racionalizado da burocracia e permitindo as relações horizontais no interior da escola (VEIGA, 2003, p. 11-12).

Veiga em sua fala coloca um PPP um sendo uma espécie de bússola, que aponta a direção do trabalho que a escola deve seguir, claro que não de forma enrijecida, engessada. Uma escola não pode caminhar sem um projeto político pedagógico, fazer isso seria como estar à deriva, largado a própria sorte num mar de possibilidades aonde não se possui nada definido para se trabalhar no seio escolar. Para ela o projeto político pedagógico é algo que perpassa por uma construção coletiva, rompendo com o autoritarismo e a burocracia instaurados nas nossas escolas, permitindo assim as relações horizontais, ou seja, permitindo que alunos, professores, coordenadores, gestores, membros da comunidade local e demais atores pertencentes a dinâmica da escola, participem do processo de tomada decisões e de participação coletiva das ações pertencentes à realidade escolar. Sendo assim, é um importante pensar um na construção de PPP, que respeite a realidade e identidade, reconhecendo sua relevância local e as normas que são exigidas para a construção adequada de um projeto político pedagógico, onde para isso (VEIGA, 2013, p.10-11) afirma:

Para que possam construir esse projeto, é necessário que as escolas, reconhecendo sua história e a relevância de sua contribuição, façam autocriticas e busquem uma nova forma de organização do trabalho pedagógico que “reduza os efeitos da divisão do trabalho, da fragmentação e do controle hierárquico”

Na epígrafe de Veiga (2013), acima citada, encontramos algo bastante diferente e interessante, porém pouco visto nas escolas e que é uma necessidade visível na realidade da escolar da localidade do Rio das Flores, que seria essa autocritica ou autoanálise que vise essa reorganização de seu trabalho pedagógico, objetivando atender aos interesses da coletividade local, pelo papel social que a escola possui parra com a comunidade de onde advêm as pessoas que há compõem, sendo que segundo Veiga (2013, p.11), a escola precisa “explicitar o compromisso com a formação do cidadão”. Para além disso o Projeto Político Pedagógico explicita os fundamentos teóricos-metodológicos, os objetivos, os tipos de organização e as formas de implementação e avaliação (VEIGA, 2013, p.13).

Dentro do projeto político pedagógico, é necessário que se afirme que a dimensão do projeto político pedagógico exige uma reflexão acerca da concepção da educação e sua

relação com a sociedade e a escola, o que não dispensa uma reflexão sobre o homem a ser formado, a cidadania e a consciência crítica (VEIGA, 2013, p.13).

Trabalhar sobre a formação da consciência crítica e o exercício da cidadania está intimamente ligado com essa relação entre escola e sociedade, a escola não pode se fechar em si e nas concepções de educações que são estabelecidas de forma verticalizada pelos órgãos regulamentadores da educação nacional que determinam o que se deve ser ensinado em sala de aula sem conhecer a realidade de cada região, isso faz com que o processo de ensino não se estabeleça de forma como deveria dentro de uma realidade ribeirinha como é caso do nosso *locus* de pesquisa, a escola é esse espaço de construção como afirma o professor Angiel (professor e taleiro, 35anos) “[...]a escola é o espaço privilegiado na construção desse conhecimento, então as escolas tem um papel fundamental nessa conscientização de desde de pequeno né, mas pra escola poder ter sucesso ela tem que contar com o apoio da família”.

4.1. AUTONOMIA E FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DOCENTE: UMA NECESSIDADE PARA A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE ESCOLAR.

O Projeto Político Pedagógico deve propiciar para a escola a construção de uma autonomia, que lhe permita determinar os elementos que constituirão seu currículo e assim da mesma forma delinear sua identidade, levando em consideração seus pontos positivos e suas necessidades.

Segundo Veiga (2013), a autonomia além de delinear a identidade da escola, ela anula toda dependência que a escola possua e que o significado da palavra autonomia remete a orientações e regras criadas pelos próprios sujeitos sem preções externas.

Para a autora autonomia é:

Autonomia não é um valor absoluto, fechado em si mesma, mas um valor que determina numa relação de interação social. Nesse sentido, a escola deve alicerçar o conceito de autonomia, enfatizando a responsabilidade de todos, sem deixar de lado os outros níveis da esfera administrativa educacional. A autonomia é importante para a criação da identidade da escola. A autonomia não é, afinal, uma política, mas substância de uma nova organização do trabalho pedagógico na escola. Essa supõe a possibilidade de singularidade e variação entre as instituições escolares (VEIGA,2003, p. 15).

Na fala da autora um primeiro ponto que ela pondera é de que autonomia não é algo fechado, mas sim algo que está intimamente ligado com determinadas relações sociais, ou seja, é algo passível de uma coletividade. Um segundo ponto é de que essa autonomia é responsabilidade da coletividade e não de um indivíduo isolado. Um terceiro ponto na fala da

atora é algo que já pontuamos, que a autonomia é importante para que se crie uma identidade da escola e por último ela não é uma política, mas uma possibilidade de singularidade, a possibilidade de uma nova organização do trabalho pedagógico, em vista disso temos que:

Neste sentido, o entendimento que se faz é o de que a educação pode ser utilizada como um instrumento capaz de contribuir para disponibilizar informações qualificadas e atualizadas, compartilhar percepções, compreensões e ampliar a capacidade de diálogo e de atuação conjunta comprometida com os interesses (COSTA, 2014, p. 368).

Costa em sua fala nos mostra que a educação pode ser utilizada como um instrumento que pode potencializar a aquisição de informação de qualidade e atualizada, que serve tanto para a formação dos alunos da escola local, os moradores e também para a formação de professores, potencializando o diálogo e as discursões a respeito da realidade local, oferecendo uma visão diferenciada e ampliada que atendam os interesses da comunidade. Em síntese a ideia é ofertar qualificação para professores e agentes comunitários a respeito da educação ambiental, para isso é necessário que se crie parcerias como instituições que possam possibilitar esse tipo de atividade como: a SEMED³⁶, o IBAMA³⁷, o ICMBio³⁸, a UFPA³⁹, UEPA⁴⁰, o IFPA⁴¹, associações, sindicatos e colônia de pescadores. Sendo que estes órgãos possuem recursos e propriedade para realizar debates, oficinas, mesas redondas, fóruns, colóquios, seminários, minicursos e palestras voltadas para a temática em questão.

Essas atividades não se caracterizam como meras possibilidades de ajuda para a comunidade local, mas são necessidades emergentes, uma vez que de forma evidente na fala de nossos entrevistados observa-se que os mesmos estão abandonados à própria sorte, tendo em vista que um dia já possuíram certo apoio como coloca: *“No início podíamos dizer que tínhamos, hoje a gente pode contar só com as igrejas aqui da localidade, podemos contar com um apoio mesmo que restrito da prefeitura, podemos contar com o apoio moral da prefeitura e, mas já tivemos momentos sim de apoio do ICMBio, IBAMA”* (Angiel, professor e taleiro, 35anos). Para Costa (2014, p. 368), os relatos coletados [...] mostram que é preciso conhecer as condições que envolvem os indivíduos conjugadas a outros saberes como forma

³⁶ Secretaria Municipal de Educação.

³⁷ IBAMA é a sigla do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

³⁸ ICMBio é a sigla Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

³⁹ É a sigla de Universidade Federal do Pará.

⁴⁰ É a sigla de Universidade do Estado do Pará.

⁴¹ É a sigla de O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, mais conhecido como Instituto Federal do Pará

de proporcioná-los a compreensão da realidade, incluindo seus conflitos (que não devem ser ignorados para a sua solução).

Para o mesmo autor, a educação é uma prática social cujo fim é o aprimoramento humano naquilo que pode ser aprendido e recriado a partir dos diferentes saberes existentes em uma cultura, de acordo com as necessidades e exigências de uma sociedade (COSTA, 2014, p. 368). Logo, é necessário pensar uma educação que leve em consideração os fins que visam aprimorar esses indivíduos que fazem parte destas práticas sociais, em outras palavras a escola deve aproximar-se destes saberes, cultura e necessidades locais, visando disponibilizar uma formação integral que atenda a realidade ribeirinha a qual ela está inserida, contudo isso só se torna possível uma vez que se tenham profissionais com qualificação adequada para se adaptarem a realidade local, buscando se tornarem mediadores em um processo de transformação que auxilie na superação dos conflitos existentes no acordo de pesca da localidade do Rio das Flores, vejamos a epígrafe a seguir que afirma:

Seria importante proporcionar a estes atores escolarização, associado à qualificação profissional capaz de lhes orientar sobre como explorar a floresta e outras atividades de maneira sustentável. Isto faria com que os atores sociais passassem a rever suas atitudes, sua convivência coletiva e individual. Neste sentido, entende-se que é necessário defender uma educação crítica, emancipatória, transformadora que esteja relacionada aos problemas e questões comuns aos moradores dessas comunidades. Construir novas consciências é elemento imprescindível para que se repense e altere na prática a inserção dos atores na natureza, contribuindo para a construção de uma sociedade nova (COSTA, 2014, p. 370).

Quando falamos em formação profissionalizante não objetivamos formar de mão-de-obra barata para atuar em favor de ideais capitalistas, mas falamos em formar pessoas capazes de atuar de maneira sustentável e que seja dotado de valores, como consciência crítica de suas próprias práticas relacionadas a sua atuação com o meio em que vive e com os demais indivíduos aos quais convive. O autor em sua fala, mostra a necessidade de se criar novas consciências e uma nova sociedade, isso querendo ou não é algo que deve perpassar pela escola, pois a mesma deve se configurar como instituição formadora de agentes sociais conscientes e ativos, dispostos a transformar sua realidade, assumindo a responsabilidade de repassar os conhecimentos adquiridos no ambiente escolar, em outras palavras os alunos se tornariam multiplicadores do conhecimento científico para que se mantenha as tradições e costumes relacionados ao que foi construído ao longo do tempo pelo conhecimento empírico.

Uma nova sociedade nesse caso seria aquela em que os conflitos nos acordos de pesca podem ser superados pela auxílio de atividades educativas, aonde os atores destes conflitos estejam mais próximos da escola e a escola deles, pois ambos caminham de mãos dadas em

direção a conservação dos recursos pesqueiros locais, e aonde os problemas podem se tornarem passíveis de serem solucionados por esses indivíduos.

O único problema nesse processo todo é que:

a discussão ambiental também está longe de se tornar elemento presente nas salas de aula das escolas [...], pois não existem cursos voltados para os professores e a proposta educacional é desenvolvida de maneira precária e deficiente seguindo o modelo desgastado de educação da rede pública urbana. Em raros momentos fora mencionado nas escolas o fato de a reserva apresentar especificidades e, assim, requerer uma educação [...] com ênfase no conhecimento local e a partir desta perspectiva possa auxiliar a mobilização e organização das comunidades (COSTA, 2014, p. 372).

Na fala do autor presenciamos algo corriqueiro na maioria das escolas, sobretudo as públicas, e a situação se agrava mais nas escolas ribeirinhas, pois como presente na fala, a educação nessas escolas está sendo negligenciada e sucateada, sempre apresentando suas deficiências, cuja as duas maiores visualizadas nas escolas da região são que as mesmas não possuem projeto político pedagógico e não se investe formação continuada para os profissionais docentes. As mesmas seguem assim como afirma o autor o modelo de educação ministrada na sede do município, não levando em consideração as necessidades locais.

Espera-se que a implementação de novos processos educativos, sejam capazes de nortear tais ideias, e contribuam para a construção e ampliação de consciências, visando à participação de cidadãos e cidadãs na defesa do meio ambiente e na melhoria da qualidade de vida. [...] a necessidade de realização de cursos e oficinas para formar equipe de profissionais aptos a atuar, além de seminários internos de educação ambiental para os habitantes. Sob estas condições, espera-se que os moradores [...] possam ser envolvidos no processo de formação e capacitação, com a realização de oficinas, nas quais poderão ser discutidas as questões voltadas para a [...] conservação (COSTA, 2014, p. 373- 374).

Costa, na sua fala reforça o que esta obra vem apontando como solução para a resolução dos conflitos na reserva do Rio das Flores, e mostra mais uma vez que ações educativas como oficinas e outras se fazem-se necessárias para que as pessoas possam se tornarem conscientes de seus deveres para com a conservação dos recursos naturais dos quais sobrevivem.

Para que isto seja possível, é imprescindível a constituição de parcerias entre as prefeituras destes municípios e suas secretarias, ICMBIO, COMIG⁴², Universidades, associações e sindicatos, igrejas e sociedade civil. A construção de um ambiente favorável permitirá que a educação exerça neste trabalho de fortalecimento da gestão participativa papel fundamental: consolidar o conselho como uma instância democrática, apropriada e legítima; instrumentalizar as comunidades a exercer

⁴² Abreviatura de Companhia Mineradora de Minas Gerais

cidadania e democracia. Contribui ainda para a integração dos conhecimentos diversos e instrumentos da gestão produzidos e para a melhoria dos processos de tomada de decisão, vinculando o processo educativo às questões sociais, sendo entendidas em termos ambientais, culturais, políticos ou econômicos (COSTA, 2014, p. 374).

COSTA também sinaliza para estratégia de construção de parcerias com instituições, tal como, já havíamos ponderado em nosso trabalho, o mesmo destaca que esse tipo de ações permite que a educação se beneficie exercendo o fortalecimento da gestão participativa, que é aquela aonde os sujeitos possuem atuação ativa e não somente isso, mas fortalece o conselho local, permitindo a integralização de saberes diversos como pontua o autor e o melhoramento da tomada de decisões, vinculando educação a questões sociais, ambientais, culturais, política e econômica.

Outra proposta que encontramos é apresentado na seguinte maneira:

Existe, portanto a necessidade de se incrementar os meios e a acessibilidade à informação, bem como o papel indutivo do poder público nos conteúdos educacionais e informativos de sua oferta, como caminhos possíveis para alterar o quadro atual de degradação socioambiental. O processo de intervenção educacional e remodelamento da proposta pedagógica local devem almejar a promoção do crescimento da consciência ambiental, expandindo a possibilidade da população participar em um nível mais alto no processo decisório. Entende-se que esta pode ser uma das maneiras de fortalecer sua coresponsabilidade na fiscalização e no controle dos agentes de degradação ambiental (COSTA, 2014, p.374).

Acesso à informação e aos meios de informações são necessidades emergentes, sobre tudo nos dias atuais em que as tecnologias da informação estão cada dia mais presente na vida de criança e adolescentes, contudo a escola parece estar presa a um período temporal que não consegue acompanhar o ritmo em que o desenvolvimento tecnológico vem se apresentando e nas maiorias das vezes vemos o que Thomais Tadeu da Silva em sua obra “Alienígenas na sala de aula”, aonde o mesmo apresenta a figura do “Alienígena” e do “ciborgue”. A imagem do alienígena na apresentação do autor nos dá a entender que está atrelado ao professor em sala de aula que na sua grande maioria não possui contato e nem o domínio mínimo das tecnologias de informação que podem ser utilizadas em sala de aula, como ferramenta de facilitação do processo de ensino.

Já o ciborgue seria esta criança, adolescente ou jovens que possuem acesso quase que integral das novas tecnologias como: computadores, tablets e smartifones. Essa familiaridade chega a ser tanta que estes instrumentos se tornam uma parte de seus corpos, porque estão com eles ali o tempo todo, contudo o professorem sala de aula ainda não possui o discernimento necessário que lhe permita saber como utilizar isso como recurso didático em

sala. Por este e outros motivos que se faz necessário repensar as propostas didáticas assim como Costa coloca em sua fala acima.

Uma vez de posse das informações necessárias, esse remodelamento das propostas pedagógicas da escola, deve promover o crescimento da conscientização ambiental possibilitando maior participação popular no processo de tomada de decisões conjuntas, de maneira que se multiplique a consciência de corresponsabilidade na fiscalização e no controle dos agentes de degradação como o autor nos apresenta é neste cenário que educadores treinados e capacitados passam a assumir a função de mediador na construção de referenciais ambientais e deve saber usá-los como instrumentos para o desenvolvimento de uma prática social centrada na inter-relação entre homens e natureza (COSTA, 2014, p.374), contudo:

Na medida em que as populações começam a se apropriar dos conhecimentos e informações gerados pelo processo educativo, a relação entre meio ambiente e educação para a cidadania assume um papel cada vez mais desafiador. Uma vez articulados conhecimentos e informações com demandas e perspectivas locais, cria-se a emergência de novos saberes para apreender processos sociais que se complexificam e riscos ambientais que se intensificam. O fenômeno educacional a partir de um paradigma sustentável constrói e permite uma perspectiva de ação holística que relaciona o ser humano, a natureza e o universo, tomando como referência compreensão de que os recursos naturais se esgotam e que o principal responsável pela sua degradação é a sociedade humana (COSTA, 2014, p.375).

Logo essa informação e educação fazem parte de um ciclo constante, que devem estar sempre em processo de atualização para sua melhor formação dos sujeitos, pois os mesmos devem estar constantemente atualizados, por conta destas emergências que surgem de novos saberes.

Cabe aqui deixar claro todas essas colocações são necessidades apresentadas pelos próprios pescadores da localidade do Rio das Flores, através do questionário aplicado aos mesmos, no momento lançamos a seguinte questão “como o professor pode auxiliar a discussão sobre acordos de pesca? ”. Um exemplo de uma das respostas temos:

Acho que através de palestras né, por quer dali o cara já trazia, um aquele de lá pra cá pra dentro da família dele, pra dizer ali pro pai, sei lá, o responsável, aquele tava aprendendo sobre aquilo, sobre essa situação da pesca, principalmente aqui é muito importante né, se fosse mantido como antes nem fala até, todos ganham e a maioria sobrevive da pesca e hoje já não ta dando mais (SILVIO, pescador, 39 anos).

Outra fala que traz o mesmo conteúdo na fala é o professor Odail (professor e pescador, 40 anos) “*através de palestras, através de temáticas que esteja relacionada a meio ambiente e sobre acordo de pesca, trabalhar os eixos transversais, com música, vídeos, rodas de conversas e etc*”. São pescadores com formações diferentes mais que veem na educação e

nas atividades descritas em suas falas a mesma finalidade. Ambos têm o fenômeno educacional como um elemento fundamental para que os conflitos entorno do acordo de pesca possam ser superados e a conservação ambiental possa ser realmente vivenciada.

Tantos as salas de aula como as comunidades [...] estão repletas de pessoas com experiência vasta em questões socioambientais adquiridas pela vivência e que carecem de oportunidade bem como orientação adequada para discutir sobre qualidade de vida e sustentabilidade. O entendimento sobre os problemas ambientais se dá por uma visão do meio ambiente como um campo de conhecimento e significados socialmente construído, que é perpassado pela diversidade cultural e ideológica, bem como pelos conflitos de interesse. Neste universo de complexidades, é importante conduzir os estudantes de modo que os repertórios pedagógicos sejam amplos e interdependentes, na medida em que a questão ambiental é um problema híbrido, associado à dimensões humanas diversas. Os professores precisam de formação adequada para reelaborar informações que recebem de modo a permitir decodificar para os alunos as expressões dos significados em torno do meio ambiente (COSTA, 2014, p. 375- 376).

Essa é a realidade da comunidade dos Rio das Flores, aonde pessoas como o professor Angiel, o sr. Silvio, o Professor Odail, o sr. “santinho”, o sr. Silvio, A dona Conceição e todos os outros personagens que apareceram neste trabalho, todos possuem conhecimento de mundo a respeito das questões relacionadas ao meio ambiente, contudo carecem de orientação adequada como Costa menciona, para assim melhor conduzir as discussões com qualidade a respeito da conservação ambiental e assim melhor resolver os problemas presente no acordo de pesca da localidade. Sobretudo os professores, os quais também são pescadores locais, estes precisam de formação específica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se iniciou o trabalho de pesquisa constatou-se que existiam conflitos dentro dos acordos de pesca da região do baixo Tocantins, por isso propomos estudar o seguinte tema: “EDUCAÇÃO E CONFLITO: UM ESTUDO DO ACORDO DE PESCA DA COMUNIDADE DO RIO DAS FLORES”. Tendo em vista a necessidade de investigação dos conflitos existentes nesses acordos e a verificação da possibilidade de tais conflitos serem resolvidos a partir do fenômeno educacional, possibilitando a permanência dos recursos pesqueiros por maior tempo na região, bem como, o desenvolvimento sócio- econômico da população ribeirinha do Rio das Flores e a preservação do saber tradicional local.

Diante disso, a pesquisa teve como objetivo geral, verificar como o fenômeno educacional pode contribuir para a superação de conflitos no acordo de pesca do Rio das Flores no município de Limoeiro-do-Ajuru, aonde, constatou-se que o mesmo que o mesmo conseguiu atender ao que era esperado, aonde o trabalho demonstra que o fenômeno

educacional pode contribuir de maneira efetiva para a solução de conflitos existentes dentro do acordo de pesca estudado.

Como primícias de tínhamos em nossos objetivos específicos, identificar como o acordo de pesca do Rio das Flores no município de Limoeiro-do-Ajuru, tem trabalhado a preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável da pesca na localidade. Esse objetivo conseguimos alcançar, uma vez que, ficou evidente que este tem sido um setor ainda pouco visado ou até mesmo negligenciado pelas autoridades do município.

Como segundo lugar objetivávamos de forma específica, verificar como a comunidade percebe o acordo de pesca firmado em sua localidade, este também foi um dos objetivos que almejávamos ao qual conseguimos alcançar pelo fato de termos conseguido durante a aplicação de nossos questionários semiestruturados dá voz aos sujeitos, ouvir o ponto de vista de cada indivíduo, mostrando no decorrer do trabalho o que e como cada um percebe o acordo firmado na localidade.

Posteriormente tínhamos de forma específica, o objetivo de perceber os possíveis conflitos existentes no acordo de pesca e quais as possíveis soluções para o mesmo. Acreditamos de maneira clara conseguimos alcançar este objetivo, uma vez que mapeamos alguns dos conflitos mais comuns e no capítulo anterior apontamos possíveis soluções para os mesmos. Também dentro dos nossos objetivos específicos queríamos identificar os impactos ocasionados por conflitos nos acordos de pesca, na preservação dos recursos naturais pesqueiros da região do Rio das Flores, acreditamos que este também foi alcançado, tendo em vista que tais impactos foram tratados de maneira bem sucinta e clara no corpo do texto nos capítulos anteriores.

Dentro de nossos objetivos específicos também encontramos exceções ao qual não conseguimos alcançar como perceber quais elementos foram elencados para garantir a preservação da reserva pesqueira do Rio das Flores no município de Limoeiro do Ajuru. Isso deu-se pelo fato de não contarmos com a disposição de termos acesso a documentos para fazermos uma análise documental, pois além de requerer autorização para acesso que foi algo que não tivemos, também teríamos de contar com um tempo ao qual não tínhamos por que existia um cronograma que deveria ser seguido para que este trabalho fosse entregue em tempo hábil.

Outro de nossos objetivos seria analisar como o debate ambiental entorno do acordo de pesca do Rio das Flores no município de Limoeiro do Ajuru tem conseguido envolver a comunidade escolar local, este certamente foi alcançado pois vimos que não na verdade que não há debate e nem envolvimento entre município e escola, logo constata-se que a pesquisa deixa claro esta falta de relação.

E por fim temos com último objetivo específico, suscitar novas pesquisas e produções sobre o tema proposto e seus desdobramentos para a educação, preservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável da pesca na região do Rio das Flores no município de Limoeiro do Ajuru, este nos refutamos, pois, o mesmo segue em aberto para novas atividades.

Nossa pesquisa partiu da hipótese de que a educação é uma ferramenta fundamental para solucionar os problemas de relações conflituosas dentro dos acordos de pesca, pelo fato de ela se caracterizar como instrumento de transformação, criando assim cidadãos dotados de consciência crítica sobre si e sobre o meio ao qual este está inserido. Durante o trabalho verificou-se que esta quando testada, foi comprovada pela fala dos entrevistados e pelos diálogos estabelecidos com os autores que deram embasamento teórico e este trabalho.

Logo tendo em vista que nossa hipótese foi confirmada, podemos assim afirma que nossa problemática que era, como o fenômeno educacional pode contribuir para a superação dos conflitos nos acordos de pesca? Este foi totalmente respondido uma vez que ficou evidente que ações como: palestras, mesa redondas, rodas de conversa, oficinas, minicursos, filmes, músicas e entre outras ações educativas, podem de forma eficiente provocar a superação de conflitos relacionados aos acordos de pesca e na conservação do meio ambiente.

Em nosso trabalho mesclamos os métodos de pesquisa para obtermos nossos dados desejados, para isso fizemos uso de pesquisa bibliográfica, etnográfica, pesquisa de campo, com um enfoque em uma abordagem qualitativa. Dentro da qual nos procedimentos metodológicos optamos por fazer uso de entrevista semiestruturada, observação participante, como um método de análise do discurso, para assim melhor analisarmos os dados obtidos pelas entrevistas realizadas na aplicação dos questionários. Os dados foram coletados na localidade de Rio das Flores, com pescadores e professores, tendo como foco dois públicos de pessoas, pertencentes e não pertencentes ao acordo de pesca firmado na região, buscando sempre dá voz aos mais diversos sujeitos, sem distinção entre sexo ou fosse lá outro motivo qualquer.

No entanto, nossa pesquisa teve diversas limitações, como deslocamento, adequação de cronograma a realidade tanto de pesquisador quanto dos moradores locais, pois os mesmos possuem toda uma dinâmica a qual não poderíamos interferir. Outra grande limitação foi acesso a dados que poderiam contribuir de forma relevante para nossa pesquisa, contudo se tornou inviável realizar uma pesquisa documental, pelo fato de não termos tido acesso e nem tempo hábil para assim fazer. Os preços de combustíveis e outras despesas como alimentação, materiais como pilhas e baterias, a falta de energia elétrica tudo isso tornou-se empecilho para uma melhor coleta de dados e efetivação do trabalho.

O quantitativo de pessoas entrevistadas também poderia ter sido ampliado, mas como já dito que era difícil encontrar pessoas com tempo livre para nos agraciar com entrevista. Outro grande problema é a questão de horários, por exemplo: no período da noite não era possível entrevistar ninguém, pois as pessoas não atendiam estranhos após às 19h devido ao medo de assalto de piratas na região. Igualmente, quanto à pesquisa bibliográfica poderia ter sido um tanto mais ampliada, entretanto buscamos obras locais que tratassem da temática de forma mais próxima da realidade entrevistada e este é um campo que ainda precisa de produções e de pesquisas.

Recomendamos então em vista de tudo isso que futuras pesquisas, cheguem até as ilhas mais próximas e que também fazem parte de acordos de pesca para assim ter um comparativo dos conflitos. Também se recomenda que se possível o pesquisador chegue até a pessoa do secretário de educação e outras autoridades as quais não tivemos o sucesso de chegar a entrevistar e debater a temática aqui discutida. Outra recomendação é que seja feito um levantamento, mapeamento dos demais acordo de pesca existentes nas proximidades.

REFERÊNCIA

AKABASSI, Evelyne. **A pirataria marítima como ameaça à segurança da Navegação**. Universidade Federal Fluminense: Niterói, Rio de Janeiro 2016.72 p.

ALMEIDA, Bruna G. D'. **Os acordos de pesca na Amazônia: uma perspectiva diferenciada de gestão das águas**. Disponível em: << http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/recife/direito_ambiental_br_una_almeida.pdf >>. Acessado em:13 de maio de 2019

ANDION, Carolina; SERVA, Mauricio. *A etnografia nos estudos organizacionais*. Pesquisa Qualitativa em Estudos Organizacionais. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 147-176, cap. 5.

BARRA, J.D; SILVA, M.J.B. **A Literatura Dos Pescadores Artesanais De Cametá-Pa: Desafios, Lutas E Perspectivas**. *In. para onde sopram os ventos? Práticas educativas dos pescadores de Cametá/* organizado por José Domingos Fernandes Barra. Gráfica Alves: Cametá/PA, 2015.

BARRA, José Domingos Fernandes. **A Relação Trabalho E Educação No Contexto Dos Acordos De Pesca Em Cametá/Pa:Uma Alternativa Econômica Ou Uma Prática De Resistência?.** Universidade federal do Pará, Programa de Pós-graduação em Educação. Belém. P.115.2013

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Coordenação de Edições Técnicas, 2016.496 p.

CERDEIRA, Regina Glória Pinheiro. **ACORDO DE PESCA, ALTERNATIVA PARA MANEJO DE RECURSOS PESQUEIROS**. Disponível em: << <https://idl-bnc-idrc.dspacedirect.org/handle/10625/28648> >> acessado em: 03 de abril de 2019.

COSTA, Adalberto Portilho. **Políticas públicas e desenvolvimento nas RESEX Verde para Sempre e Arióca Pruanã - Pará**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2014.

COSTA, Adalberto Portilho. **Sustentabilidade, populações pesqueiras e participação social.** In. **para onde sopram os ventos? Práticas educativas dos pescadores de Cametá/** organizado por José Domingos Fernandes Barra. Gráfica Alves: Cametá/PA, 2015.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. *Educar*: Curitiba, n. 24, p. 213-225, 2004. Editora UFPR.

FURTADO, Gislane Damasceno. **PESCA PREDATÓRIA: ENTRE O CONFLITO DAS EXPERIÊNCIAS DE TRABALHO E OS PROCESSOS EDUCATIVOS.** Disponível em:

<<

https://www.researchgate.net/publication/332956987_PESCA_PREDATORIA_ENTRE_O_CONFLITO_DAS_EXPERIENCIAS_DE_TRABALHO_E_OS_PROCESSOS_EDUCATIVOS
S >> acessado em: 21 de maio de 2019.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. -4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa Qualitativa: Tipos Fundamentais. *Revista de Administração de Empresas São Paulo*, v. 35, n.3, p, 20-29 Mai./Jun. 1995.

GOMES, Vera Lúcia Batista. CARVALHO, Raimundo Sócrates de Castro. **Trabalho extrativista e condições de vida de trabalhadores: Famílias da Ilha do Combú (Pará).** *Argumentum*, Vitória (ES), v. 4, n.2, p. 208-224, jul./dez. 2012

GONSALVES, E. P. Conversas sobre iniciação à pesquisa científica. Campinas, SP: Alínea, 2001.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. A ANÁLISE DO DISCURSO: CONCEITOS E APLICAÇÕES. *Alfa*, São Paulo, 39: 13-21, 1995

GÜNTHER, Hartmut. Pesquisa Qualitativa Versus Pesquisa Quantitativa: Esta É a Questão? In *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. Mai-Ago. 2006, Vol. 22 n. 2, pp. 201-210.

KRZYSCZAK, Fabio Robert. **As Diferentes Concepções De Meio Ambiente E Suas Visões,** *Revista De Educação do Ideau- REI*. Vol. 11 – Nº 23 – Janeiro - Junho – 2016. Semestral, ISSN: 1809-6220.

LUDKE, Menga & ANDRÉ, Marli E.D.A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo, Editora Pedagógica e Universitária, 1986. 99p.

MAFFESOLI, Michel. **O conhecimento comum: introdução à sociologia compreensiva /** Michel Maffesoli. Traduzido por Aluizio Ramos Trinta. – Porto Alegre: Sulina, 2010.

MARCONI, Marina de Andrade; PRESOTTO, Zelia Maria Neves. **Antropologia: Uma introdução.** 7º ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MARX, K. O Capital: crítica da economia política. Tradução por Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1985a. Livro 1, v.1, t.1. (Os economistas).

MORAES, Sérgio cardo de. **Saberes da pesca: uma arqueologia da ciência da tradição**. Tese (doutorado em educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de ciências sociais aplicadas. Programa de pós-graduação em educação. Natal: 2005.

NORMA BRASILEIRA ABNT NBR ISO 14001-2004. Disponível em: << https://www.passeidireto.com/arquivo/2441723/iso_14001-2004-pdf >>. Acessado em: 05 de maio de 2019.

PEREIRA, Edir Augusto Dias; FURTADO, Letícia dos Santos; WANZELER, Leonardo Cristhian Pompeu. **A POLÍTICA TERRITORIAL DE TRANSPORTE ESCOLAR RIBEIRINHO EM CAMETÁ-PA**. Disponível em: < <file:///C:/Users/User/Desktop/tcc/transporte%20escolar.pdf> > acessado em: 08 de novembro de 2018.

PERGO, Vera Lucia. **Os rituais na folia de reis: uma das festas populares brasileiras**. PILAN, Fernando Cesar. **O conhecimento do senso comum e os limites da inteligência artificial** / Fernando Cesar Pilan. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2013- Marília, 2013.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. **Gênero e Etnicidade: histórias e memórias de parteiras e curandeiras no norte da Amazônia**. Gênero na Amazônia, Belém, n. 2, jul./dez., 2012.

SALLES, Vicente. **A cabanagem, os escravos, os engenhos**. *Revista Brasil Açucareiro*. Rio de Janeiro. Maio de 1969, p. 33-38.

SILVA, Thomais Tadeu da. **Alienígenas na sala de aula**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1995.

SOUZA, Luziana Cristina de. **Festa da Padroeira Nossa Senhora da Conceição na cidade de Jacaraú/PB [Manuscrito]:descontinuidades e permanência**. Trabalho de conclusão de curso (especialização em história cultural) - Universidade Estadual da Paraíba, centro de ciências humanas. Guarabira-PB, 2012.

TERENCE, A. C. F; FILHO, E. E. Abordagem quantitativa, qualitativa e a utilização da pesquisa-ação nos estudos organizacionais. XXVI ENEGEP - Fortaleza, CE, Brasil, 9 a 11 de Outubro de 2006.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Escola: espaço do Projeto Político Pedagógico- 17º ed.-** Campinas, SP: Papirus, 2013.

VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; PEREIRA, Bill Nunes. Estudos Etnográficos em Administração. In: VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; ZOUAIN, Deborah Moraes (Orgs). *Pesquisa Qualitativa em Administração*. Teoria e Prática. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. XAVIER. L. N. B; OLIVEIRA, E. A. A. Q; OLIVEIRA, A. L. **Extratativismo e manejo do açai: atrativo amazônico favorecendo a economia regional**. Disponível em: <

http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2009/anais/arquivos/0602_0406_01.pdf > acessado
em: 07 de novembro de 2018.